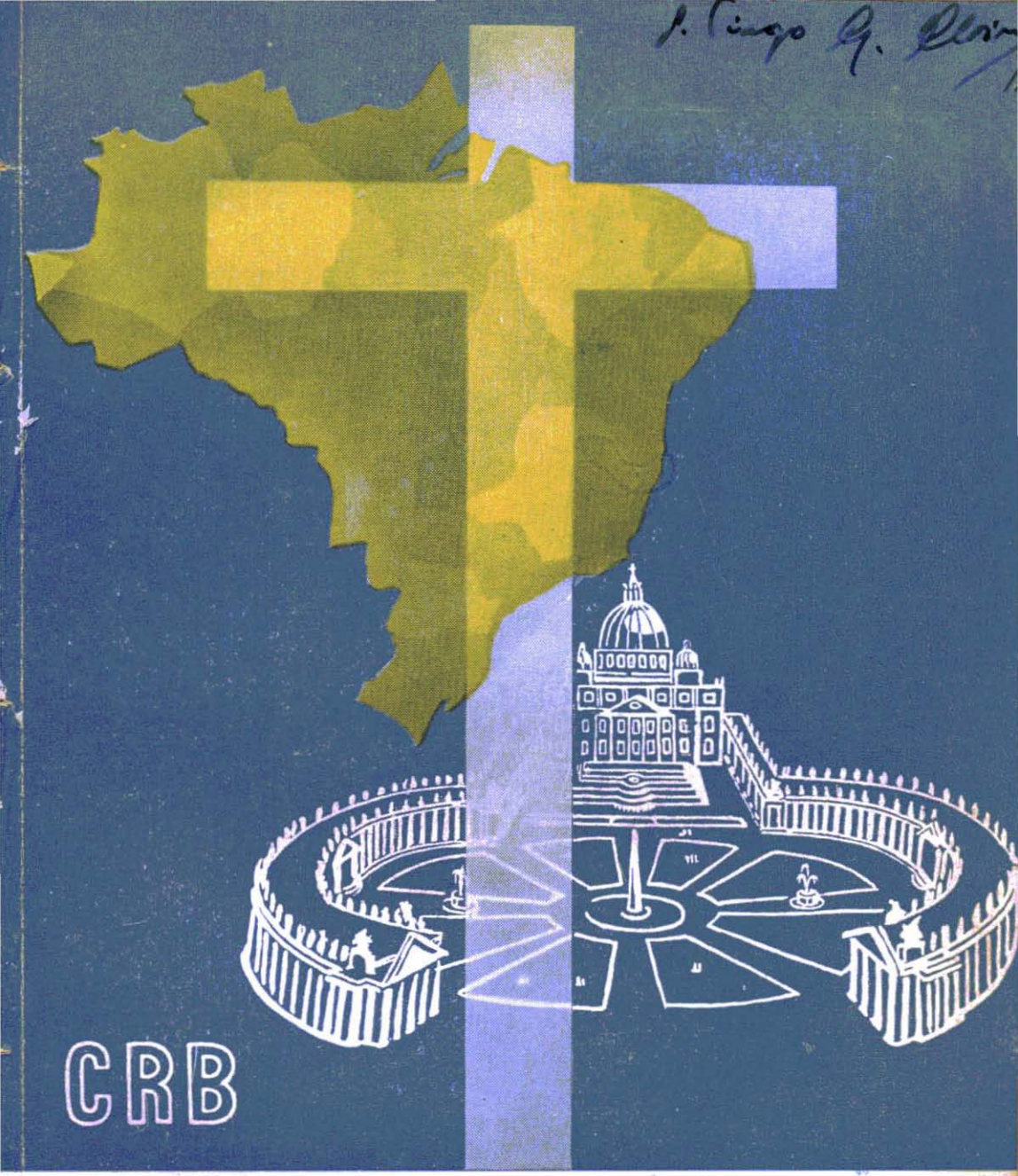


REVISTA DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

Ano VIII-N.º 88
Outubro de 1962

Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil

SUMÁRIO

	609	Tarefas e esperanças dos Religiosos na hora do Concílio Vaticano II — Pe. Bertrand de Margerie S.J.
DOCUMENTOS	611	À vigília do Concílio Ecumênico Vaticano II — Radiomensagem de S.S. João XXIII — 11/9/62.
	616	Respeito religioso pelas novas vidas — Alocução de S.S. João XXIII à Sociedade Italiana de Obstetrícia e Ginecologia — 5/5/62.
	618	Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
FORMAÇÃO DE JUNIORISTAS	621	O Juniorato na formação das Religiosas — II. — Pe. João Corso S.D.B.
"PRO MUNDI VITA"	637	A propósito de um Congresso sôbre o Brasil — Pe. Tiago G. Cloin CssR.
A COMUNIDADE PAROQUIAL	645	II — Suas Tarefas — Pe. Leão Douven CssR.
ESTATÍSTICA	649	Casas de Congregações Religiosas Femininas fundadas e fechadas em 1958 — Departamento de Estatística da C.R.B.
NOSSOS SANTOS	655	"O Anjo de Lima" — Um Irmão Cooperador Dominicano — Frei Raymundo de A. Cintra O.P.
SERVIÇO SOCIAL	659	Uma experiência a ser imitada (Departamento de Serviço e Assistência Social da CRB), 659. Curso de introdução ao trabalho social, 638.
UMA INICIATIVA OPORTUNA	663	A Coleção "Seminários" — Pe. Bertrand de Margerie S.J.
CRÔNICA DOS RELIGIOSOS	669	Salvador — Semana da "Mater et Magistra", 669; Pôrto Alegre — Pioneiros da educação social, 643; 647, 671.
BIBLIOGRAFIA		

Propriedade da Conferência dos Religiosos do Brasil
Av. Rio Branco, 131 - 9.º andar — Rio de Janeiro — Brasil
Diretor Responsável: Pe. José Paulo Sales, C. M.

TAREFAS E ESPERANÇAS DOS RELIGIOSOS NA HORA DO CONCÍLIO VATICANO II

Não é sòmente o Papa que proclama a importância do Concílio: os estadistas também a percebem. Dizia recentemente o General De Gaulle: "Graças ao Concílio, a década de 1960-1970 poderá ser uma das maiores na história da humanidade".

Depende, contudo, de cada um de nós o pleno êxito do Concílio. Afirmava João XXIII em 1960: "Nossos trabalhos e nossas penas para fazer do Concílio um grande acontecimento poderiam ficar infrutuosos, se os esforços de santidade fôssem insuficientemente unânimes e decididos".

Nossos Bispos, entre os quais há muitos Religiosos, representarão cada um de nós no Concílio, na medida em que nós estivermos presentes. Embora fisicamente ausentes, não ficamos isentos do dever duma tríplice presença e participação no Concílio: em face desta grande Assembléia eclesiástica devemos informar, estudar, rezar.

1.° — **Informar:** Se, em 1961, apesar de dois anos de propaganda, metade dos franceses ainda não tinha ouvido falar do Concílio, **não é** de acreditar que uma proporção maior de Brasileiros, mesmo entre aquêles que frequentam nossas igrejas, dêle esteja insciente? Vivemos ainda mais longe de Roma, e a propaganda tem sido menor. Não seria oportuno que **cada Religioso educador preparasse por escrito uma palestra sôbre o Concílio?** Tratar-se-ia de explicar com precisão a natureza, os fins e os principais assuntos do Concílio. Mostraríamos, duma maneira adaptada ao auditório, que o Concílio interessa e interessará, por suas conseqüências práticas, à vida íntima e pessoal de cada um dos católicos, inclusive os mais jovens. Assim, na França foram já publicados vários livros encarando a catequese à luz do Concílio.

Em nossos contatos com os leigos poderemos perguntar discretamente o que êles pensam, sabem e desejam a respeito do Concílio e, eventualmente, completar ou retificar.

2.° — **Estudar:** Como seria possível falar com convicção dum assunto insuficientemente conhecido? Para entender melhor e tornar mais compreensíveis os trabalhos do futuro Concílio, leiamos em nossos refeitórios o livro recente de Frei Boaventura Kloppenburg OFM, o ilustre Consultor brasileiro da Comissão Teológica do Concílio; o livro de D. Rops: "Vaticano II, o Concílio de João XXIII"; as biografias de João XXIII já traduzidas para o portu-

guês (entre outras a de L. Algisi); a vida de Pio IX, que João XXIII desejaria beatificar durante o Concílio (não seria possível compreender bem o significado do Vaticano II, se fôsse desconhecida a história do Vaticano I); e meditemos privadamente a Epístola aos Efésios, síntese eclesiástica do pensamento paulino, assim como a magnífica encíclica de Pio XII sôbre o "Corpo Místico de Cristo" (Vozes, D.P. 24). Dêste grandioso documento fiz presente, faz poucos dias, ao Exmo. Sr. Senador Afonso Arinos, que representará o Govêrno do Brasil na cerimônia de abertura do Concílio, dizendo-lhe: "E' a melhor introdução a uma boa compreensão do Concílio".

3.° — **Rezar e fazer penitência,** em união com João XXIII e os nossos Bispos. Recordemos um precedente histórico alentador: antes de partirem para o Concílio Tridentino, receberam os jesuítas Lainez e Salmeron recomendações escritas de Santo Inácio de Loiola. Tais conselhos valem ainda hoje para nós: **"Falarei amiúde do Concílio** e, no fim de cada sermão, convidarei o povo a rezar por êle. — **Ouvindo confissões,** darei como penitência rezar pelo Concílio. — **Ensinando o catecismo aos meninos,** pelo fim da lição, **mandarei rezar pelo Concílio. — Visitando os hospitais,** ...confessando os pobres, não me esquecerei das orações pelo Concílio".

Todos devem rezar: as crianças, os penitentes, os enfermos, o povo.

Às orações acrescentaremos a mortificação voluntária, conforme o desejo manifestado por João XXIII na sua Encíclica: "Poenitentiam agere", de 1 de julho dêste ano. Entre as mortificações possíveis, porque não assinalar com particular insistência o estudo mencionado em nosso segundo parágrafo?

Religiosos do Brasil, relembremo-nos que o Concílio tratará da vida religiosa. Pelo estudo, pela divulgação das informações conciliares, pela oração e pela penitência, preparemo-nos para receber com fé, com submissão e alegria, as "novidades" (não puramente sensacionais!) que o Concílio trará para cada um de nós. Teremos merecido, então, ver com os nossos olhos a realização concreta das palavras que João XXIII proferia a 16 de dezembro p. p.: "A história ensina que a cada Concílio sucedem eras de extraordinária fecundidade espiritual, em que o sôpro do Espírito Santo suscita **vocações generosas e heróicas,** e dá à Igreja os **homens necessários e aptos".**

Sejamos êstes homens necessários e aptos, e cultivemos estas vocações generosas e heróicas! Para executarem as decisões do Concílio nas terras de Santa Cruz.

Pe. Bertrand de Margerie, S.J.

DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS

À VIGÍLIA DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II

Radiomensagem de S. S. João XXIII — 11 de setembro de 1962

A grande expectativa do Concílio Ecumênico, a um mês de distância do seu início oficial, brilha nos olhos e nos corações de todos os filhos da Igreja católica, santa e bendita.

No decurso dêstes três anos de preparação, um número sem conta de pessoas escolhidas, provenientes de tôdas as partes do mundo e de tôdas as línguas, unidas pelo sentimento e pela intenção, acumularam uma riqueza de elementos de caráter doutrinal e pastoral tão abundantes que oferecerá ao episcopado do mundo inteiro, reunido sob as abóbodas da basílica Vaticana, motivos de sapientíssima aplicação do magistério evangélico de Cristo, luz vinte vêzes secular para a humanidade redimida com o seu sangue.

Encontramo-nos, portanto, com a graça de Deus, no momento oportuno. As proféticas palavras de Jesus, pronunciadas a propósito da consumação final dos séculos, encorajam as boas e generosas disposições dos homens, que, particularmente em alguns momentos históricos da Igreja, se abrem a um nôvo entusiasmo de elevação a caminho dos cumes mais altos: **"Levate capita vestra, quoniam appropinquat redemptio vestra"**: levantai a cabeça, porque se aproxima a vossa libertação (Lc 21, 20-33).

Considerado na sua preparação espiritual, o Concílio Ecumênico, a poucas semanas da sua inauguração, parece merecer o convite do Senhor: **"Videte omnes arbores cum jam producunt ex se fructum. Ita et vos... scitote quoniam prope est regnum Dei:** "Vêde o que acontece com tôdas as árvores: quando começam a rebentar, caís na conta, olhando para elas, de que está próximo o verão. Também vós, quando virdes que isto começa a acontecer, sabei que está próximo o reino de Deus (ibidem).

Esta palavra "regnum Dei", reino de Deus, exprime com clareza e precisão os trabalhos do Concílio. "Regnum Dei", reino de Deus, significa e é realmente a Igreja de Cristo, **una, santa, católica, apostólica,** tal qual Jesus, o Verbo de Deus feito homem, a fundou, a conserva desde há vinte séculos, a vivifica ainda hoje com a sua presença e com a sua graça, sempre a renovar nela os antigos prodígios que, através dos tempos, por vêzes ásperos e difíceis, a levaram a multiplicar as vitórias do espírito. Vitórias da verdade sôbre o êrro, do bem sôbre o mal, do amor e da paz sôbre as divisões e os contrastes.

Os termos da contradição: o bem e o mal, continuam e continuarão a existir, porque o arbítrio humano possuirá sempre liberdade de exprimir-se e possibilidade de enganar-se; mas a vitória final e eterna em cada uma das almas eleitas e nas almas eleitas de cada povo será vitória de Cristo e de sua Igreja.

A este propósito, é oportuna e feliz uma referência ao simbolismo do círio pascal. Ao sinal litúrgico, eis que ressoa o seu nome: **Lumen Christi,** luz

de Cristo. A Igreja de Jesus responde desde todos os pontos da terra: **Deo gratias, Deo gratias,** como que a dizer: Sim, **lumen Christi, lumen Ecclesiae, lumen gentium,** luz de Cristo, luz da Igreja, luz dos povos.

Que é, de fato, um Concílio senão a renovação dêste encontro com o rosto de Cristo ressuscitado, rei glorioso e imortal, a brilhar em tôda a Igreja para salvação, alegria e iluminação de toda a humanidade?

E' na luz desta aparição que ressoa aos nossos ouvidos o salmo antigo: "Levanta para nós a luz do teu rosto, Senhor. Tu trouxeste a alegria ao meu coração: **Extolle super nos lumen vultus tui Domine! Dedisti laetitiam in cor meum"** (Ps 4, 7-8).

Verdadeira alegria para a Igreja Universal de Cristo é o que deseja ser o nôvo Concílio Ecumênico.

A sua razão de ser — tal qual o desejamos, preparamos e esperamos — é a continuação, ou melhor, o recomeço mais enérgico da resposta do mundo inteiro, do mundo moderno, ao testamento do Senhor, formulado naquelas palavras solenes pronunciadas por Cristo com os braços estendidos para os confins do mundo: **"Euntes ergo — docete omnes gentes — baptizantes eos in nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti — docentes eos servare omnia quaecumque dixi vobis":** Ide por tôda a terra — ensinai todos os povos — batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo — ensinando-os a observar tudo o que eu vos disse (cfr. Mat 28, 19-20).

A Igreja quer ser procurada tal qual é, na sua estrutura interior, na sua vitalidade **ad intra,** que apresenta, antes de mais aos seus filhos, os tesouros de fé iluminadora e de graça santificante, inspirados naquelas últimas palavras. Elas exprimem a missão primordial da Igreja, os seus títulos de serviço e de honra, que são: vivificar, ensinar, orar.

Considerada nas relações da sua vitalidade **ad extra,** isto é, perante as exigências e as necessidades dos povos — a quem as vicissitudes humanas encaminham de preferência a uma apreciação e gôzo dos bens terrenos — a Igreja sente o dever de corresponder às suas responsabilidades com o ensino de que importa passar de tal modo pelas coisas temporais que não percamos as eternas: **"sic transpire per bona temporalia, ut non amittamus aeterna"** (cfr. Dom. III post Pent. Coll.).

Mercê dêste sentido de responsabilidade perante os deveres do cristão chamado a viver como homem entre os homens, como cristão entre os cristãos, deverão muitos outros, embora não sejam cristãos de fato, sentir-se incitados a tornar-se cristãos.

Esta é a porta de entrada para a chamada atividade externa, mas inteiramente apostólica, da Igreja, e de onde recebem vigor e irradiação as palavras: "ensinando-os a observar tôdas as coisas que eu vos disse".

Com efeito, o mundo tem necessidade de Cristo: e é a Igreja que deve levar Cristo ao mundo.

O mundo tem os seus problemas, para os quais busca, por vêzes angustiadamente, uma solução. E' claro que a ansiosa preocupação de os resolver a tempo e retamente, pode transformar-se em obstáculo para a difusão da verdade total e da graça santificante.

O homem busca o amor da família dentro do lar doméstico; o pão de cada dia para si e para os seus mais íntimos, a espôsa e os filhos; aspira e sente o dever de viver em paz, tanto no seio da sua comunidade nacional como nas relações com o resto do mundo; é sensível às atrações do espírito que o leva a instruir-se e a elevar-se; cioso da sua liberdade, não recusa aceitar as legítimas limitações para melhor corresponder aos seus deveres sociais.

Estes problemas de tanta importância sempre a Igreja os teve muito a peito. Por isso, fê-los objeto de estudo atento e o Concílio Ecumênico poderá oferecer, em linguagem clara, soluções que são exigidas pela dignidade do homem e pela sua vocação cristã.

Eis alguns dêstes problemas: a igualdade fundamental de todos os povos no exercício de direitos e deveres no seio de tôda a família humana; a defesa corajosa do caráter sagrado do matrimônio, que impõe aos esposos amor consciente e generoso, no qual se origina a procriação dos filhos, considerada nos seus aspectos religioso e moral, dentro do quadro das mais vastas responsabilidades de caráter social, no tempo e na eternidade.

As doutrinas fautoras de indiferentismo religioso ou negadoras de Deus e da ordem sobrenatural, as doutrinas que ignoram a Providência na história e exaltam exageradamente a pessoa do homem individual, com perigo de o subtrair às responsabilidades sociais, é da Igreja que essas doutrinas devem tornar a ouvir a palavra enérgica e generosa, já formulada na encíclica **Mater et Magistra**, na qual está resumido o pensamento de dois milénios de história do cristianismo.

Outro ponto luminoso.

Em face dos países subdesenvolvidos a Igreja apresenta-se — tal qual é e quer ser — como a Igreja de todos e particularmente a Igreja dos pobres.

Tôda a ofensa e violação do quinto e do sexto mandamento do santo Decálogo: o desprêzo das obrigações que promanam do sétimo mandamento, as misérias da vida social que clamam vingança aos olhos de Deus: tudo deve ser claramente verberado e deplorado. E' dever de todo o homem, dever urgente do cristão, avaliar o supérfluo pela medida das necessidades alheias, e vigiar cuidadosamente por que a administração e distribuição dos bens criados seja orientada para o proveito de todos.

Trata-se da difusão do sentido social e comunitário, que é imanente ao cristianismo autêntico, e também isto deve ser vigorosamente afirmado.

Que dizer das relações entre Igreja e sociedade civil? Vivemos perante um mundo político novo. Um dos direitos fundamentais a que a Igreja não pode renunciar é o da liberdade religiosa, que não é apenas liberdade de culto.

A Igreja reivindica e ensina esta liberdade e por ela continua a sofrer penas e angústias em muitos países.

A Igreja não pode renunciar a esta liberdade, porque é conatural ao serviço que está obrigada a realizar. Este serviço não se apresenta como correctivo e complemento daquilo que outras instituições devem fazer ou que monopolizaram; mas é elemento essencial e insubstituível do desígnio da

Providência para guiar o homem pelo caminho da verdade. Verdade e liberdade são os alicerces sôbre que se edifica a civilização humana.

O Concílio Ecumênico vai reunir-se 17 anos depois da segunda guerra mundial. Pela primeira vez na história os Padres do Concílio pertencerão a todos os povos e nações; cada qual apresentará o seu contributo de inteligência e experiência, para pensar e curar as **cicatrizes** dos dois conflitos que tão profundamente modificaram a fisionomia de tôdas as Nações.

As mães e os pais de família detestam a guerra; a Igreja, Mãe de todos sem distinção, proclamará uma vez mais o apêlo que se eleva do fundo dos séculos, de Belém, e finalmente do Calvário, para se difundir em suplicante mandamento de paz: paz que previne os conflitos armados, paz que deve ter as suas raízes e as suas garantias no coração de cada um dos homens.

E' natural que o Concílio, na sua estrutura doutrinal e na ação pastoral que promove, queira exprimir a aspiração dos povos a percorrerem o caminho que a Providência indica a cada um, para colaborarem, no triunfo da paz, em tornar cada vez mais nobre, mais justa e meritória para todos a existência terrena.

Os bispos, pastores do rebanho de Cristo em tôdas as nações que existem debaixo do céu, **ex omni natione quae sub coelo sunt** (cfr. **Act.** 2,5), recordarão o conceito de paz, não só na sua formulação negativa, como proscrição dos conflitos armados, mas sobretudo nas suas exigências positivas. Estas requerem de todos os homens conhecimento e observância constante dos próprios deveres, respeito da jerarquia e da harmonia dos valores espirituais acessíveis a todos, posse e emprego das energias naturais e da técnica exclusivamente para fins de elevação do nível de vida espiritual e econômica dos povos.

Convivência, coordenação e integração, são objectivos nobilíssimos, que ecoam nas reuniões internacionais, sugerem esperança e infundem coragem.

O Concílio quererá exaltar, de maneira ainda mais sagrada e solene, as aplicações mais profundas da fraternidade e do amor, que são exigências naturais do homem, impostas ao cristão como norma das relações entre os indivíduos e entre os povos.

Ó mistério da Divina Providência, pelo qual a iminente celebração do Concílio Ecumênico Vaticano II revela e exalta, uma vez mais e com luz incomparável, o mandato de serviço e govêrno espiritual da cátedra apostólica, mandato que se eleva sôbre o destino da humanidade inteira!

Prudêncio, poeta da antiguidade cristã, celebrava justamente o triunfo no seu tempo do Divino Redentor, indicando Roma como ponto central da nova história do universo que tirava de Cristo a inspiração e o nome (cfr. **Prud. Peristeph.** hymn. II, vv. 461-470: P.L. 60, col. 324).

Durante a preparação do Concílio pode verificar-se uma coisa. Os preciosos elos da corrente de caridade, que desde os primeiros séculos da era cristã a graça do Senhor tinha estendido, em realização da unidade católica, sôbre as várias nações da Europa e do mundo então conhecido, e que por circunstâncias diversas se foram depois resfriando até chegarem a que-

brar-se, êsses elos apresentam-se agora à consideração de quantos não são insensíveis ao sôpro nôvo que o projeto do Concílio despertou por tôda a parte, em ansiosas aspirações de fraterna reconciliação, nos braços da antiga mãe comum, **sancta et universalis** mater Ecclesia.

Isto é motivo de serena complacência e ultrapassa a primeira inspiração que presidiu à preparação dêste encontro mundial.

Como é bela a súplica litúrgica: **Ut cuncto populo christiano pacem et unitatem largiri digneris** — dignai-Vos dar a todo o povo cristão a paz e a unidade. Como é superabundante a alegria dos corações ao lermos o capítulo 17 de S. João: **Ut omnes unum sint. Unum:** Que todos sejam um só, em unidade de pensamentos, de palavras e de obras.

O antigo poeta das gloriosas gestas do cristianismo (Prudêncio, **ibid.**), voltando ao tema do impulso à cooperação universal da justiça e da fraterna convivência de todos os povos, recorda enèrgicamente a todos os filhos da Igreja que em Roma se mantém na espectativa os dois príncipes do apostolado, Pedro e Paulo: êste, grande vaso de eleição destinado particularmente a anunciar o evangelho aos povos que ainda o não tinham recebido; aquêle, Simão Pedro, sentado desde há vinte séculos sôbre a primeira cátedra, pronto para abrir e fechar as portas do céu; para abrir, compreendeis amados filhos, abrir as portas na vida presente e para a eternidade.

Na sua linguagem poética, dirigindo-se aos ídolos pagãos: Deixai o vosso lugar; deixai em plena liberdade o povo de Cristo. E' Paulo quem vos expulsa, é o sangue de Pedro e de Paulo que grita contra vós.

Com palavras mais suaves, o humilde sucessor de Pedro e de Paulo no govêrno e no apostolado da Igreja Católica, nesta vigília da assembléia conciliar, de bom grado se dirige a todos os ritos, de tôdas as línguas, com a oração do XII Domingo depois de Pentecostes.

Não poderíamos encontrar expressões tão felizes e adequadas, tão concordes entre si, da preparação individual e coletiva e de súplica pelo feliz êxito do Concílio Ecumênico.

Queremos, todos e em todo o mundo, repetí-las e fazê-las repetir com insistência nestas últimas semanas, desde 11 de setembro a 11 de outubro, dia da inauguração da grande assembléia conciliar. Estas vozes parecem vir do Céu. Dão o tom ao canto coral do Papa e dos Bispos, do clero e do povo. Um só cântico se eleva potente, harmonioso, penetrante: **Lumen Christi, Deo gratias.** Esta luz brilha e brilhará pelos séculos: sim, **Lumen Christi, Ecclesia Christi, lumen gentium** — Luz de Cristo, Igreja de Cristo, luz dos povos.

"Deus omnipotente e misericordioso! E' da vossa graça que desce até aos vossos fiéis o dom de poder servir-vos digna e alegremente. Concedei que sejamos capazes de caminhar expeditamente e sem hesitação para a realização das vossas promessas. Assim vô-lo pedimos de todos os pontos da terra e do céu. Pelos méritos de Jesus Cristo, Mestre e Salvador de todos nós. Amen. Amen" (cfr. XII Dom. depois do Pentec. Oração).

RESPEITO RELIGIOSO PELAS NOVAS VIDAS

Alocução de S. S. João XXIII à Sociedade Italiana de Obstetrícia e Ginecologia — 5 de maio de 1962 (1)

Queridos filhos e queridas filhas!

O XLIX Congresso Nacional da Sociedade Italiana de Obstetrícia e Ginecologia trouxe uma preciosa contribuição de estudo e de experiência ao aprofundamento de um tema de grande importância com vista nas aplicações que podem ser feitas igualmente no campo da responsabilidade moral: o fator nervoso na fisiopatologia obstétrica e ginecológica, com referências particulares às afecções psico-somáticas. No decorrer de vossos trabalhos viestes aqui receber Nosso estímulo e Nossa bênção, favores paternais que, de todo o coração, Nós vos concedemos, notando que é êste o vosso primeiro encontro com o Papa, como membros desta Sociedade.

Não é Nossa intenção entrar no vivo dos problemas científicos que interessam vossa nobre e alta atividade. Aliás, a doutrina da Igreja é de vós conhecida. Foi ela proposta em numerosos documentos pontifícios e, numa época recente, resumida por Nosso Predecessor Pio XII, de tão cara memória. A doutrina está aí, em tôda a sua extensão e na riqueza das soluções que ela propõe. Suas indicações seguras estimulam o cumprimento de vossa profissão que exige, mais do que as outras, uma seriedade científica e profissional, uma formação religiosa e moral direta, a consciência de suas responsabilidades.

Vossa atividade específica medical merece o nome e o título de missão sagrada. Vós quereis, com efeito, servir a pessoa humana em sua colaboração com a obra criadora de Deus.

O coração se comove ao pensamento de vossos esforços pacientes e prudentes para exortar, aliviar e aconselhar tôda vez que vai desabrochar uma nova existência, em circunstâncias de alegre esperança, por vêzes de apreensão, de desânimo, de dor e até de decisões heróicas.

Êste espetáculo que se exalta na grandeza da dignidade humana chamada a cooperar com o próprio Deus na propagação da vida, gostamos Nós de o contemplar à luz do nascimento virginal do Verbo eterno, d'Aquêle que, sem deixar de ser Deus, quis nascer nos tempos para nos comunicar a graça e a amizade do Pai celestial: **largitus est nobis suam Deitatem**. Em cada criancinha que nasce no mundo para começar seu caminho de alegrias e dores, revive o sorriso e a divina inocência do Menino de Belém, com a dignidade inalienável de que Êle está aureolado.

E' o quadro que se oferece diante do olhar comovido, ao recitar o terceiro mistério gozoso, no qual se evoca o encanto dêste inefável nascimento. E, como revelamos numa outra ocasião, comentando cada um dos mistérios do rosário mariano, quando Nós desfiamos as Ave-marias, todos os dias recomendamos "a Jesus que acabam de nascer numerosas crianças — quantas são elas?

---

1) "L'Osservatore Romano', 6 de maio de 1962.

uma multidão infinita — de tôdas as raças humanas que, nas últimas vinte e quatro horas, de noite, de dia, vêm à luz mais ou menos por tôda a parte sôbre a face da terra. Quantas são elas? E tôdas, batizadas em seguida ou não, pertencem de direito a Jesus, a êste Menino que nasce em Belém. São seus irmãos, chamados a continuar seu domínio, que é o mais alto e o mais doce que possa haver no coração do homem e na história do mundo, o único digno de Deus e dos homens: um domínio de luz, um domínio de paz" (L'Osservatore Romano, 10 de fevereiro de 1962).

Pois bem, queridos filhos e queridas filhas! Vossa obra pretende ser o fiel instrumento desta luz e desta paz desejada, e é isto que lhe dá um valor sôbre-humano.

Vossos desvelos se dirigem à pessoa humana resgatada por Cristo Salvador, à pessoa humana, dizemos Nós, sempre ligada à eternidade. As novas vidas, dom precioso de Deus, devem ser ciosamente protegidas; e é não sòmente às crianças, mas outrossim às mães que é preciso ajudar em sua vocação desde a primeira expectativa da criança, a fim de que o curso da maternidade não seja perturbado por nenhum desequilíbrio psíquico e goze dos benefícios de uma atmosfera serena e confiante que a fé em Deus prepara e favorece. De resto, tôda a família aproveita de vossa ação de médicos, porque tomais contato com todos os seus membros em diversas ocasiões. Vossa palavra é sempre preciosa assim como vossas recomendações profissionais que, aliadas a uma prática cristã convicta, tanta luz e tantos bons conselhos podem dar, sobretudo aos esposos.

Ainda que infelizmente alguns não cessem de reforçar — com profunda dor o dizemos — os convites e os atrativos do hedonismo, tentando mesmo justificá-lo e confirmá-lo com argumentos tanto mais perniciosos quanto êles os revestem de uma aparente autoridade científica, vossas convicções e vosso bom exemplo serão de uma grande fôrça para a defesa da família, para o bem da humanidade. Dêste modo, à estima profissional de que gozais, "ajuntar-se-á, no espírito daqueles que recorrem a vós — como observou Pio XII em 1951 — a persuasão bem fundada de que o cristianismo convicto e fielmente praticado, longe de ser um obstáculo ao valor profissional, lhe confere um estimulante e uma garantia. Verão êles claramente que no exercício de vossa profissão, tendes consciência de vossa responsabilidade diante de Deus; que, em vossa fé em Deus encontrais o motivo mais forte para ajudar com tanto maior devotamento quanto maior fôr a necessidade; que assentais em vossos sólidos princípios religiosos a fôrça de opor a pretensões desarrazoadas e imorais (de qualquer parte que elas venham) uma recusa calma, mas firme e irrevogável" (À União Católica Italiana de Obstetrícia, 29 de outubro de1951: Discorsi e radiomessaggi di Sua Santità Pio XII, XIII, p. 335).

Queridos filhos e queridas filhas! Terminamos com um pedido confiante, cheio de ternura: que estas convicções profundas sejam sempre a luz do espírito, do coração, da vontade, do trabalho; e possais vós, no exercício muitas vêzes silencioso do dever e na paz da consciência, contribuir eficazmente para a alegria sincera e santa que resplandece cada vez que um homem chega ao mundo (cf. Jo 16,21).

Sele êste voto e êste pedido Nossa consoladora Bênção apostólica. Estendemo-la antes de tudo às crianças que vos esperam, aos membros queridos de vossas famílias e a todos os que colaboram em vossas previdentes solicitudes.

—●—

DOCUMENTOS DO EPISCOPADO NACIONAL

MENSAGEM DA COMISSÃO CENTRAL DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

A Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunida nos dias 13 e 14 do corrente mês de julho, procurando interpretar o pensamento do Episcopado, em face da presente situação do Brasil, julgou de seu dever levar à Nação uma palavra de esclarecimento e um apêlo.

I

1. Ninguém desconhece o clamor das massas que, martirizadas pelo espectro da fome, vão chegando, aqui e acolá, às raias do desespêro. Já não era menor nem menos grave o grau de pauperismo entre as camadas mais humildes da população. Mas os homens, conformados, por assim dizer, com a miséria, apresentavam-se impassíveis. Agora, seja pelo agravamento das sucessivas crises econômicas, políticas e sociais, que têm abalado o País, seja pela facilidade das comunicações e da divulgação das idéias e dos acontecimentos, seja pela crescente organização das classes, o povo das cidades e dos campos começa, não apenas a tomar conhecimento das verdadeiras causas dêsses males, como, sobretudo, a compreender que, sem participação na vida das instituições e da própria sociedade, jamais será libertado do estado de ignomínia em que se encontra.

2. A Igreja, ontem como hoje, nunca deixou de pregar a doutrina do Evangelho e, de acôrdo com as circunstâncias e o vigor mais ou menos veemente dos seus Ministros, de clamar por uma ordem social baseada nos princípios da verdade revelada e das normas da justiça e da eqüidade.

Em nenhuma época de nossa história, em nenhum lugar onde se ergueu uma catedral ou uma simples ermida, deixou de ecoar a palavra "misereor super turbam" (1). E o milagre da multiplicação sempre se operou, dêste ou daquele modo. Bastaria relembrar as múltiplas iniciativas de caráter particular ou público, com ou sem a participação oficial, contando ou não com a colaboração dos responsáveis pela distribuição das riquezas.

3. Nestes últimos anos, a situação do País tem se agravado, tornando-se generalizada e como que sistemática a irresponsabilidade, a ganância, a frouxi-

1). "Tenho compaixão dêste povo" (Mt 15, 32).

dão moral dos que procuram desfibrar o caráter das pessoas e a estabilidade sagrada das famílias. Êstes três pontos de desagregação das fôrças vitais da Nação têm sua origem remota na fragilidade humana, mas, ùltimamente, são objeto de planejamento cuidadoso de ideologias anti-cristãs e anti-humanas, como meio eficaz e quase irresistível de derribar as barreiras do bom senso, da honestidade, da moralidade particular e pública, e abrir, dêsse modo, o caminho da vitória do materialismo nas suas diferentes formas.

4. O comunismo ateu explora ativamente a situação, enquanto o capitalismo liberal, não menos ateu, se beneficia da agitação comunista. Jamais houve, neste País, nem maior nem mais criminoso domínio das fôrças econômicas, desviadas de seus altos objetivos de prover às necessidades do bem comum pela justa e equânime distribuição das riquezas. O rôlo compressor de certos grupos insaciáveis, pela dinâmica do lucro exorbitante, pelo subôrno na área da política e, sobretudo, pela ganância incontrolável e ilimitada, tem causado o agravamento da situação política, econômica e social do País. Não nos referimos, evidentemente, às pequenas e médias empresas, nem à classe média sempre mais sacrificada e rarefeita. Referimo-nos aos que, a pretexto de combaterem o comunismo, com mêdo de perderem seus privilégios, alimentam, paradoxalmente, a propaganda das idéias subversivas e esgotam a paciência dos pobres.

5. A Igreja, tanto pela voz de seus Bispos e Sacerdotes, como pela ação organizada do Laicato Católico, tem divulgado a sã doutrina e empreendido iniciativas de grande alcance. Pena é que a falta de visão de uns e a sistemática oposição de outros pretendam ignorar, confundir e menosprezar tais iniciativas, ou, quem sabe, jungi-las ao carro da demagogia ou aos interêsses da política e das fôrças econômicas. Estas posições entretanto, não afastarão a Igreja de seus objetivos claros e definidos. Ela saberá seguir o seu caminho, sem desviar-se nem para o duro e esmagador ateismo do comunismo, nem para o maleável e frouxo ateismo de um sistema capitalista não menos condenável. A Igreja tem uma concepção definida e definitiva do homem e da vida. Sua doutrina, no campo social, está viva e claramente expressa nos documentos pontifícios, sempre mais e melhor conhecida e praticada por quantos desejam ser fiéis ao Evangelho e procuram o verdadeiro equilíbrio social.

II

1. Nestas circunstâncias, apelamos, em primeiro lugar, para as possibilidades da própria Igreja, em nossa Pátria. Bispos, Sacerdotes e Leigos, estejamos unidos e disciplinados na mesma fé e na mesma ação. Demos uma demonstração pública e eficaz da nossa vontade e do que somos capazes de realizar. Não nos queremos perder em lamentações estéreis, nem deixar conduzir pelas emoções passageiras das crises que se sucedem, por ventura premeditadas, e calculadas, com a finalidade de nos desviar de objetivos essenciais. Entreguemo-nos à execução do Plano de Emergência, cuidadosa e oportunamente elaborado e já agora em fase de execução por intermédio dos Secretariados Regionais da C.N.B.B.

2. Fazemos um veemente apêlo a todos os Poderes da República, sem distinção, no sentido de corresponderem às esperanças do Povo, que deseja e reclama um Govêrno firme, bem orientado e orgânicamente estabelecido, coordenado nos seus diferentes setores e harmônico nos seus múltiplos órgãos, de maneira a inspirar o respeito e a confiança que procedem do Direito, da Lei e da Autoridade. Só então poderemos promover as chamadas reformas de base, reclamadas por todos e de urgência inadiável. Entretanto, de nada valeriam os melhores códigos ou as leis mais justas, sem um clima de honestidade e de segurança por parte de governantes e governados.

3. Às fôrças produtoras do País, mais que um apêlo, dirigimos serena advertência, no sentido de compreenderem a gravidade da situação e buscarem os verdadeiros fins do Capital e do Trabalho, que não podem servir apenas aos interêsses de grupos privilegiados, mas ao bem de tôda a comunidade, no desenvolvimento progressivo e equânime do País, ao bem-estar das diferentes camadas sociais. É preciso pôr côbro, nesta Pátria tão rica e tão boa, ao quadro deprimente das filas para a aquisição de gêneros de primeira necessidade, quando todos sabemos que não falta feijão, nem açúcar, nem arroz, mas, espírito público e limite à sêde insaciável de lucros desonestos.

4. Às Famílias, aos Estudantes e aos Operários das cidades e dos campos, nosso apêlo é repassado da maior confiança e dentro de um espírito de compreensão e solidariedade. Fazêmo-lo sob dois aspectos: primeiro, para que ninguém se deixe iludir ou influenciar pela calculada agitação dos que nada querem, além do agravamento indefinido dos males que nos afligem. Segundo, no sentido de união das fôrças vivas do país, numa ação vigilante e enérgica pela restauração dos pontos fundamentais que asseguram a estabilidade da ordem social, isto é, respeito às pessoas e instituições, moralidade nos costumes, senso de responsabilidade. Mais do que nunca vale o princípio que já um dia nos deu vitória: é preciso que cada um cumpra o seu dever, no lugar e dentro de missão que lhe compete!

5. Aos órgãos de divulgação, à imprensa falada e escrita, o nosso insistente convite para que ajudem o Brasil a reencontrar-se, por meio de uma campanha inteligente, nobre e eficiente, acima de direfenças de grupos ou de ideologias, sem compromissos que possam dificultar a pregação da verdade e o estímulo aos que estão dispostos a tudo sacrificar pela paz e prosperidade de uma Pátria livre e autênticamente cristã.

Pedimos aos Exmos. Ordinários permitam que todos os seus Sacerdotes leiam, quanto antes, aos fiéis, a presente Mensagem, à estação da Missão dominical.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1962

† Jaime, Cardeal Câmara Arcebispo do Rio de Janeiro e Presidente da C.N.B.B.
† Carlos, Cardeal Motta, Arcebispo de São Paulo
† Augusto, Cardeal Silva, Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil
† José, Arcebispo de São Luiz do Maranhão
† Fernando, Arcebispo de Goiânia
† Mário, Arcebispo de João Pessoa
† Vicente, Arcebispo de Pôrto Alegre

O JUNIORATO NA FORMAÇÃO DAS RELIGIOSAS

Pe. João Corso, S.D.B.
do Instituto Teológico Pio XI, São Paulo.

II — ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS JUNIORATOS (1)

Com a apresentação, no artigo precedente, dos Princípios Fundamentais relativos à presente matéria, concluímos pela **necessidade urgente** do Juniorato e pelas **responsabilidades** sobretudo das **Superioras** no que concerne à sua concretização.

Vem então natural a pergunta: Como fazê-lo?

Bem que os princípios expostos já possam indicar de per si certos modos e formas de tal concretização, é óbvio que um estudo mais amplo e concreto dêsse problema, baseado sobretudo em experiências já vividas no Brasil ou alhures, quer específicas quer relativas, bem como nos estudos conjuntos realizados pela Comissão de São Paulo, e na bibliografia concernente de algum modo à questão, faz-se útil, e mesmo necessário em certos casos para quantos devam em particular resolver tal problema.

Como já repetimos várias vêzes, não há ainda legislação explícita e muito menos detalhada a respeito. A Santa Sé, porém, convida-nos e mesmo manda-nos com insistência começarmos, com as primeiras experiências, as primeiras concretizações das normas gerais implícitas existentes.

Não ignoramos que nem tudo é possível num primeiro momento, pois todo o início é penoso. Mas a necessidade urgente e as exigências dessa formação requerem de **tôdas** imediatamente ao menos êsse primeiro esfôrço **incipiente**, com vistas, no futuro, à realização do **ideal**. E porque a êsse ideal é que devemos chegar o mais cêdo possível, nada de estranhar que apresentemos aqui tipos de organização e administração, se não totalmente satisfatórias em razão dos princípios que as regem, ao menos já bastante admissíveis em face da realidade concreta brasileira (2).

A) — Organização dos Junioratos

No comum dos casos a responsável principal e direta por tal organização é a Provincial. Aliás, já foi dito que uma das suas preocupações principais é quanto diz respeito à formação das jovens religiosas. Estas considera-

1) Cf. Revista da C. R. B. n.º 86, Ano VIII, agôsto de 1962, p. 555-571.

2) No falarmos de realidade concreta brasileira não queremos parecer pessimistas. A verdade é que o problema se apresenta pràticamente o mesmo em tôdas as partes do mundo (cf. The Juniorate in Sister Formation, p. 28), e não faltam no Brasil já no presente momento encomiáveis realizações de Junioratos.

ções e sugestões tiveram de mira, de modo particular, as Superioras que ocupam tal cargo ou outros correspondentes.

Desempenhar-se-ão desta obrigação, atendendo aos ítens seguintes.

1) Disposições do govêrno geral do próprio Instituto Religioso

Queremos crer antes de mais nada que o Supremo Govêrno de cada Instituto Religioso, dada a sua posição, não esteja no momento atual ignorando quanto já vem sendo do domínio comum a respeito do Juniorato. Isto seria muito de se lastimar, sobretudo em Institutos de certa amplitude e importância na Igreja. De modo particular, no tocante às disposições implícitas já existentes, deve-se crer cândidamente que a mente da Santa Sé, de que falamos com tanta insistência no artigo precedente, e as suas diretrizes práticas, das quais falaremos no presente, sejam bem conhecidas e fielmente respeitadas, adaptadas às peculiaridades de cada família religiosa. Deveriam aliás, tôdas as Famílias Religiosas (é sugestão de quantos tratam do assunto) pensarem quanto antes, através dos seus capítulos gerais, na inserção de normas especiais obrigatórias relativas ao Juniorato, nas mesmas Constituições (3). O Pe. Elio Gambari diz a respeito: "Para o Instituto seria conveniente pedir à Santa Sé aprovação para inserir, em suas Constituições, regulamentos importantes sôbre o Juniorato, e o requisito de que nenhuma religiosa será nomeada para trabalhos ativos, até que complete a formação prescrita para o Juniorato" (a.c.p. 207).

No caso em que a realidade fôr coerente com esta hipótese, a Provincial não terá dificuldades maiores em tomar suas providências para instituir ou aperfeiçoar, valorizando-o ao máximo, o Juniorato ou os Junioratos da sua Província.

Caso as exigências do Govêrno Geral cheguem até a superar as mesmas disposições da Santa Sé já existentes a respeito, deverá sentir-se feliz ao acomodar-se às mesmas cumprindo com tôda a perfeição a lei e mesmo superando-a, o que normalmente não deixa de ser louvável, sobretudo em questão de formação, cujo aperfeiçoamento não deveria ter limites. Se, porém, as disposições gerais ficassem muito aquém da mente e das diretrizes da Igreja, teria a obrigação de fazer as suas observações a quem de direito e, de sua parte, fazer o possível para adequar-se às disposições da mesma, pois não podemos crer que a mesma Santa Sé aprove o malôgro das suas próprias leis.

2) Comissão ou departamento responsável pelas casas de formação

Em tôdas as questões atinentes com a formação dos membros do seu Instituto, deve a Provincial estar pessoalmente bem informada e de modo cabal, pois se trata realmente de questões vitais para o bom govêrno de uma Província.

Mas convença-se não poder sòzinha atender nem mesmo à simples direção dessa obra que, na maioria dos casos, é sempre obra de grande envergadura.

---

3) Cf. The Juniorate in Sister Formation, p. 29s.

Como está aconselhado para os Institutos Masculinos, não deveria faltar numa Província uma **comissão** ou **departamento** responsável pelas casas de formação e assuntos atinentes com a formação em geral, que ajudasse a Provincial no desempenho perfeito dessa grave obrigação e responsabilidade (4).

Poderia, segundo os casos, criar nesse órgão diversas competências, como a responsabilidade pelo recrutamento das vocações; responsabilidade pela formação religioso-apostólica; responsabilidade pela formação cultural e técnica; responsabilidade pelas questões econômico-administrativas. Tais cargos, aliás, podem ser desempenhados (salvo alguns mais especiais) por religiosas que já tenham outras incumbências.

Tal comissão deveria tomar parte muito ativa na organização de um Estatuto Provincial relativo a todos os graus e problemas da formação dentro da Província e, portanto, concernente aos Junioratos que são no momento a nossa preocupação principal, e que não podem ser começados sem planos bem premeditados e bem traçados, com risco de serem não só imperfeitos mas até contraproducentes.

Uma das vantagens mais imediatas e maiores dessa visão e solução global dos problemas da formação será evidentemente a unificação da mesma numa **concatenação** indispensável das suas etapas, dos objetivos e dos esforços respectivos. Um dos maiores defeitos, aliás bem individuado nas reuniões da Comissão de S. Paulo no concernente à formação, foi exatamente essa falta de **entrosamento** dos diversos estágios da mesma, fruto indúbio da falta de visão conjunta e solução coordenada de um problema essencialmente único.

A criação ou aperfeiçoamento de um tal órgão é a melhor demonstração que pode dar inicialmente a Provincial de ter entendido a responsabilidade que lhe incumbe e o primeiro passo mais oportuno que pode e deve dar em favor da sua solução.

3) Criação e atualização das casas de juniorato

O Pe. Paulo Philippe, Secretário da S. C. Religiosos, define o Juniorato também como o **lugar** onde se dá às junioristas a formação que lhes é específica (5). Sem dúvida, uma das primeiras emprêsas relativas ao Juniorato a ser levada avante por uma Provincial assessorada pelo seu Conselho e pela Comissão Responsável, é a criação ou atualização das casas destinadas ao mesmo.

Duas preocupações principais devem norteá-la: **Como? Onde?**

A solução, em linha de princípio, de ambos os problemas, está claramente indicada pela Santa Sé cujo pensamento, tantas vêzes manifestado em diversas circunstâncias e tempos, está muito bem cristalizado na Constituição "Sedes Sapientiae" e Estatutos Gerais Anexos.

"Não seja erigida nem conservada uma sede de formação a não ser em edifício situado num local o mais possível saudável e amplo, prudentemente se-

4) Est. Anex. à "Sedes Sapientiae" art. 20 § 2.

5) O Juniorato, conferência às Mestras de Noviças, Roma, 1959, p. 1.

parado da convivência mundana e realmente apropriado para a vida religiosa... A casa deve ser dotada de tudo o que é necessário e oportuno para a perfeita consecução da sua finalidade. As sedes de formação, principalmente as destinadas aos estudos, sejam providas de bibliotecas e de todos os demais subsídios e meios necessários, conforme a natureza e o grau de estudos, para a diligente investigação das doutrinas e o devido cultivo das artes, de acôrdo com as condições e as legítimas exigências da nossa época" (6).

E para desaconselhar e mesmo cercear acomodações fáceis e imediatistas, mas por isso mesmo perigosas, acrescenta: "Se tudo isto não fôr possível num Mosteiro autônomo ou em algum Instituto ou Província, sejam os alunos enviados à sede de formação de outro Mosteiro ou Província, ou à sede interprovincial ou geral, e mesmo às Escolas de outro Instituto ou a um Ateneu Católico público" (7).

No caso de dever atender de fato à criação ou adaptação de uma casa de Juniorato, saiba a Provincial procurar a ajuda de especialistas que, de preferência colegialmente, lhe possam indicar a melhor realização dessas obras. Nisto de modo particular o empirismo e a auto-suficiência ou atitudes que lhe equivalham, podem ser màximamente prejudiciais, devendo ser depois larga, bem que tardiamente deploradas (8).

Encontrando-se diante dêsses fatos deploráveis, deve a Provincial tomar atitudes positivas de adequação. No caso de impossibilidade de o fazer, impõe-se a supressão dessas casas (como casas de formação) como claramente fala a legislação, há pouco citada.

Uma questão freqüentemente ventilada por quantos trataram do assunto e assim também pela Comissão de São Paulo é a da conveniência de conservar o Juniorato unido ao Noviciado ou não; da sua ereção independente de qualquer outra casa da Província; ou ainda do seu estabelecimento ao lado de alguma casa onde as Junioristas já pudessem participar normalmente da vida da Congregação. A questão deve ocupar-nos de novo, mais adiante, ao falarmos dos estatutos de cada juniorato. Aqui, porém, podemos informar de que a solução que pareceu mais oportuna, no complexo do contexto em que foi resolvida, foi a de estar o Juniorato ao lado de outra casa religiosa, de preferência bem complexa no que diz respeito às finalidades da Congregação ou apostolado.

4) Diversos tipos de Juniorato

No ítem precedente falamos, em geral, de **casas** de Juniorato. E nos queríamos já implìcitamente referir à possibilidade de uma mesma Província ter mais de uma casa onde se ministrasse a formação às suas junioristas.

Tal hipótese pode ser até freqüente. É que, embora deva ficar sempre e absolutamente de pé quanto repetidas vêzes dissemos sôbre a necessidade que têm **tôdas** as religiosas de cada Instituto dêsse aperfeiçoamento da formação religioso-apostólica, e que tal formação comum possa dar-se normalmente a tôdas na mesma casa, a formação que chamamos de técnico-apostó-

6) Est. Anex. art. 23 § 1, §2, 2.º, 3.º.
7) Est. Anex. art. 23 § 3.
8) Cf. Directorium Seminariorum, S.C.P. Fide, p. 76-120, 19.

lica ou a diversa instrução e formação precedente, podem exigir sedes diversas para tal formação especializada. Tal solução poderia ser imposta pelo fator número, por exemplo, e, numa fase inicial do estabelecimento dos Junioratos, em razão de certas dificuldades (inclusive o problema econômico), à espera das soluções definitivas mais perfeitas. Isto ainda poderá ocorrer com mais freqüência quando se deva recorrer à instrução especial oportuna que se dará em Junioratos comuns ou em outras escolas que não pertençam ao Instituto.

A êsse respeito é bom citar quanto diz o Pe. Gambari: "O Juniorato é uma casa de formação necessária em todo o Instituto. O ideal seria que tôda família religiosa tivesse seu próprio Juniorato, no qual fôsse dada a formação tôda. Num Instituto poderia haver vários tipos de Junioratos, gerais ou provinciais, como é feito em casas de estudos em Ordens Clericais. Entretanto, as exigências essenciais são: 1) que todo o Instituto forneça meios para completar a formação religiosa de seus membros numa casa própria, e 2) que seja possibilitado o acesso a externatos, ou a Junioratos de outras Comunidades, para o preparo profissional, em conformidade com o que a Lei Canônica prescreve para clérigos religiosos" (a. c. p. 213, f).

Esta questão dos Junioristas comuns, sobretudo para diversos Institutos Religiosos, vai ser tratada melhor mais adiante. O que aqui nos preme dizer e com insistência é que, qualquer que seja a casa religiosa que funja de Juniorato, não podem nela faltar as exigências acima para casas dêste gênero, em função da verdadeira formação integral das junioristas.

5) **Estabilidade ou tranqüilidade econômica**

Ao falarmos logo acima da criação das casas de Juniorato e de formação em geral, pode ter parecido termo-nos esquecido do grave problema econômico de cuja solução depende a realização ou não das mesmas. Bem pelo contrário. Tínhamo-lo bem em mente e em tôda a sua amplidão e bem sabemos tratar-se de problema de solução nada fácil, tanto mais que a preocupação pelo mesmo não cessa com a construção de um edifício bem como o seu aparelhamento devido, antes perdura perpètuamente e às vêzes muito gravemente com o problema do sustento de formandas e formadoras.

O que acontece normalmente é que o sustento das casas de formação é um dos problemas mais cruciantes para qualquer Provincial. E no entanto, dentro embora da prática da pobreza exangélica, em conformidade com as exigências de cada Família Religiosa, que às vêzes nos deverá pedir sofrermos também os incômodos da pobreza quando assim aprouver à Divina Providência, deve a Superiora Provincial, através das suas auxiliares especiais, procurar dar às responsáveis diretas da formação uma certa **tranqüilidade** ou ao menos uma não excessiva preocupação no concernente ao sustento dessas casas de formação.

E' mister lembrar ser já a única preocupação pela formação um empenho altamente complexo e nada leve, saturado de grandes responsabilidades e que já de per si absorve tôdas as atividades dos que são designados para tanto.

Deverá para isso pedir a necessária colaboração de tôdas as casas de sua Província, que a devem em base aos mais óbvios princípios da **justiça social** (9). Procurará ainda garantir certas rendas fixas para essa finalidade, através dos diversos modos e meios que o direito dos religiosos permite.

No tocante à ajuda necessária das casas ser-lhe-á fácil formar uma mentalidade justa a respeito na sua Província, com lembrar as razões de tal colaboração. Tem grande fôrça, p.e., o lembrar-se que o dinheiro mais bem empregado em obras de apostolado é exatamente o destinado à formação de algumas de escol que se dedicarão inteiramente à glória de Deus pela prática da perfeição evangélica e pelo apostolado.

O problema econômico é sem dúvida um problema grave e mesmo fundamental. Não é, porém, o principal. O primeiro passo a dar-se em ordem de importância, se não também em ordem de tempo, é o da preparação das dirigentes e professôras dos Junioratos.

6) **Preparação e provisão dos elementos dirigentes**

Para aquilatar as próprias responsabilidades neste ponto, releia o resumo das qualidades exigidas pela "Sedes Sapientiae" nos moderadores e superiores das casas de formação das Congregações masculinas e que indùbiamente se deverão exigir nas dirigentes de qualquer Juniorato:

a) Sejam dotados de excelentes qualidades;

b) Devem ser escolhidos os melhores, isto é, não bastam que sejam idôneos mas devem ser os mais idôneos;

c) Devem ser escolhidos com o máximo cuidado, depois de coligidos e examinados os documentos que a êles se referem, devendo os cargos principais dependerem diretamente dos Superiores Gerais;

d) Exercendo o cargo frutuosamente não sejam, salvo o direito comum e particular, removidos com excessiva facilidade; em caso contrário sejam removidos imediatamente e sem nenhuma consideração de pessoas, mesmo tratando-se de doenças ou idade avançada, pois em tudo isso deve-se ter sempre em mira **"o maior bem dos alunos, ao qual tudo deve ser posposto"** (10).

Aplicam-se ainda aqui estas outras palavras de Pio XII: "Requerem-se elementos escolhidos e de comprovada capacidade, que além de eminente saber, prudência, discernimento dos espíritos, experiência variada das coisas e demais qualidades humanas, sejam ainda repletos de Espírito Santo e brilhem pela santidade e pelo exemplo de tôdas as virtudes" (11). Devem enfim ser inteiramente devotados a uma emprêsa tão grande e tão difícil mas tão indispensável para o bem do Instituto, da Santa Igreja.

Pois em, tudo isso requer da Provincial muita previdência na preparação das responsáveis pela formação e, repitamo-lo, muita decisão e firmeza em designar as melhores para tanto, conservá-las quando eficientes, de-

9) Cf. Picanyol, Leoc. Quaestiones Practicae circa administr. bonorum, Acta et Doc. C.G.S. Perf., vol. I, p. 568-596.

10) Est. G. Anex., art. 24.

11) "Sedes Sapientiae", 19.

movê-las se insuficientes, em função sempre **do maior bem das alunas**.

Tendo satisfeito a êste item especial, não tenha dúvida que terá satisfeito à sua responsabilidade principal para com a Casa de Juniorato, a saber, que nela se dê uma formação religioso-apostólica realmente conveniente e integral.

Depois disto, restar-lhe-á um contrôle e direção gerais, a solução de problemas de maior monta e ainda a contribuição pessoal de desvêlo e estímulo tanto para com as superioras quanto para com as alunas empenhadas numa emprêsa de tão largo fôlego.

A esta providência deverá acrescentar com paridade de empenho a preocupação pela

7) **Formação e provisão das professôras**

Muitas vêzes as professôras das casas de formação são também as moderadoras das mesmas em uma ou outra incumbência. Cabe-lhes, pois, quanto dissemos acima sôbre os dirigentes destas casas. Mesmo, porém, sendo só docentes, requerem-se nelas, em geral, as mesmas qualidades das superioras, de que acabamos de falar.

As disposições da "Sedes Sapientiae" lembram-nos de que fundamentalmente devem ser as **melhores**. Possuam títulos acadêmicos correspondentes ou equivalentes. Conheçam a arte de ensinar. Não sejam encarregadas de ofícios, com prejuízo dos estudos e das aulas. Nem mesmo com número excessivo de aulas, sobretudo de disciplinas principais ou muito diversas. Procurem aperfeiçoar cada vez mais, na medida do possível, os próprios conhecimentos e publicar úteis escritos, para o que poderão dispor de necessário lazer e meios necessários e úteis, entre os quais a possibilidade de tomar parte nas várias reuniões e de conhecer as fontes científicas ou técnicas, bem como livros e periódicos. Façam-se permutas temporárias de professôres da mesma disciplina entre as várias sedes de formação do Instituto (12).

Deve, pois, a Provincial harmonizar-se perfeitamente à visão da Igreja, que deseja e ordena sejam eliminados para sempre dos quadros docentes das casas de formação, elementos impovisados e incapazes, que, se não perniciosos, por certo serão entravantes da formação integral.

Por isso é que, na impossibilidade de atingir convenientemente tôdas essas metas, sugere a mesma legislação universal o recurso a uma solução de âmbito interprovincial, nacional, universal, segundo os diversos casos (13).

Uma vez tomadas estas medidas prévias fundamentais para a criação do Juniorato ou dos Junioratos, deveria sem mais a Provincial tratar do seu concreto funcionamento. Como, porém, tal funcionamento deve também ser previsto o mais detalhadamente possível, a primeira coisa a fazer-se é a sua concreta organização mediante a confecção dos estatutos relativos. Caberia aqui, pois, a indicação das linhas mestras dos estatutos provinciais para os Junioratos. Como, porém, a melhor legislação é sempre a que se cria e se aper-

12) Est. Ger. Anex., art. 30.
13) Est. Ger. Anex. art. 23 § 3 e art. 22 § 2.

feiçoa (sobretudo nos particulares e nas particularidades) na vida concreta, na mesma administração ou govêrno, deixamos o seu tratado completo, também para evitarmos repetições inúteis, para a questão seguinte.

B) **Administração dos Junioratos**

Dissemos que à Provincial cabe também o dever de velar pela administração do Juniorato. No comum dos casos, porém, não lhe será possível nem conveniente dirigi-lo pessoalmente. Deverá valer-se de outrem especialmente preparado para tal.

Sua interferência mediata principal no mesmo será a de lhe traçar as linhas de govêrno e de vida, quanto possível detalhada e ao mesmo tempo adaptável às circunstâncias concretas. Mesmo, porém, ao traçar essas linhas principais de administração deverá, quanto possível, manter-se coerente com o processo comum concreto dos diversos Junioratos, pedindo sugestões sobretudo das responsáveis que tenham alguma experiência expecífica do Juniorato ou de situações parecidas.

As sugestões que agora seguem são exatamente vasadas sôbre tais experiências e servirão muito, sobretudo para quantas devem começar "ab ovo" a **sua** experiência. Poderão, quiçá, também servir de sugestão para aperfeiçoamentos aplicáveis em experiências já em curso. Querem, de modo particular, ser uma como que advertência para quantos têm responsabilidades dêste gênero de, desde o comêço, não se proceder às cegas, antes de se proceder com muita previdência por isso mesmo com segurança e com eficiência.

Usamos a palavra administração num sentido bem amplo que, como já dissemos acima, não se opõe e nem exclui organização, antes quer contê-la também neste particular já individuado da legislação ou confecção de estatutos, ao mesmo tempo que significa govêrno em sentido muito amplo, pois contém sob a sua denominação o regime **jerárquico**, o regime **espiritual** e o regime **econômico** (14).

1) **Regime jerárquico**

Entendemos por regime todo o desenvolver-se de uma vida social para as suas finalidades próprias, mediante o uso dos meios oportunos. O compromisso social para com o regime é de **todos** os membros da sociedade. A responsabilidade relativa é, pois, de superiores e de súbditos. Todos devem conhecer e observar as normas que lhes dizem respeito. E, em particular, no que concerne ao govêrno de que estão incumbidos os superiores, deverá ser feito antes de tudo segundo as disposições das leis, normas ou estatutos. Falar, pois, de regime jerárquico é falar, antes de tudo das normas que o regulam.

a) **Estatutos do Juniorato** — Cada Juniorato deverá ter os **seus** estatutos.

A Santa Sé, bem coerente com a realidade da vida jurídica concreta,

14) É o esquema que nos oferece o Código de Direito Canônico, Liv. II, Tit. X, cap. I, II, III.

adotou uma norma mais que excelente na Const. "Sedes Sapientiae" e Estatutos Anexos, segundo a qual cada instituição ou casa de formação não deixe de ter a **sua** "Ratio Studiorum" (15). Ela não deverá normalmente ter exceções à "Ratio" provincial ou geral e muito menos às disposições universais. Deverá, sim, concretizar bem todo o regime particular com o fito de se proceder de modo uniforme, seguro, estável, qualidades indispensáveis para qualquer esfôrço em prol da formação. Aprovada pela autoridade competente, tal "ratio" torna-se interpretação particular autêntica da legislação universal, sobretudo no que diz respeito a adaptações e mesmo a eventuais exceções. Não cremos deva ser outra, em futuro próximo, a norma relativa a ser contida na legislação explícita que a Santa Sé dará para a administração dos Junioratos.

O Pe. Elio Gambari, responsável principal na preparação de tal legislação, sugere os seguintes ítens para os Estatutos de um Juniorato: 1) As normas gerais que regem o Juniorato; 2) As pessoas que hão de dirigir o Juniorato; os dons que devem possuir; seus poderes respectivos; suas relações com a Madre Superiora e com as Jovens Irmãs; 3) A ordem e método dos estudos, as matérias a serem ensinadas, os semestres e horários, os exames a serem prestados; 4) A disciplina que há de prevalecer no Juniorato; 5) O equipamento que há de ser fornecido ao Juniorato; 6) Os recursos econômicos com os quais se manterá o Juniorato (a. c. p. 213).

E' fácil perceber-se estarem aí contidas tôdas as normas que implicitamente se referem à inteira administração de um Juniorato, tanto à mais pròpriamente jerárquica quanto à espiritual e à econômica.

Aqui vamos sublinhar quanto segue.

aa) Quanto às **Normas Gerais,** faz-se mister nelas explicitar bem claramente a natureza do Juniorato como Instituição de verdadeira formação, segundo quanto foi dito no artigo precedente. E' em base aos princípios fundamentais do Juniorato, sua verdadeira noção e objetivos, que se deverá promover a sua realização nas determinações particulares. E essa insistência não é descabida, como no-lo diz a experiência dos Institutos masculinos de formação. E' que assim se eliminarão logo de comêço reprováveis confusões e inaceitáveis situações de fato, que poderiam vir a deturpar de modo fatal uma Instituição de tanta importância.

bb) Dever-se-á estabelecer também logo de comêço nesses estatutos determinações precisas que dizem respeito ao **local** destinado ao Juniorato, tendo em vista a consecução de tôdas as suas finalidades em função das exigências concretas do Juniorato, como diremos em seguida.

Já dissemos acima ser a questão do local abordada e discutida por quantos tratam do assunto e ter ela preocupado também a Comissão de São Paulo. Das três hipóteses principais: ou junto com o Noviciado, ou em casa totalmente autônoma também materialmente, ou em locais anexos a uma casa mais complexa da Província pela diversidade das atividades apostólicas nela exercidas, foi dito que, por regra geral, pareceu mais interessante a última modalidade.

(15) Est. Ger. Anex., art. 19s.

Tal modalidade evita transformar o Juniorato numa "mera" continuação do Noviciado, já que tal não deve sê-lo. Facilita o convívio com as demais religiosas segundo aquêle modo de vida que será normalmente a do futuro, evitando, pois, excessiva segregação. Facilita as primerias experiências apostólicas. Facilita o uso de elementos de valor normalmente empenhados nessas casas para o magistério e comunicação das próprias experiências. Pode ser também uma solução ao menos parcial do problema do sustento. Como, porém, pode trazer certos problemas de diversa ordem, devem os estatutos prevê-los e de antemão resolvê-los para se evitarem, quanto possível, certas colisões desagradáveis e contraproducentes, como também preconizar e estabelecer bem firmamente tudo quanto é exigido para a necessária autonomia do mesmo juniorato.

Tais situações poderiam surgir na atuação das experiências em concreto. Será função das responsáveis diretas assinalá-las e, se possível, resolvê-las. Em caso de colisões de pretensos direitos, será função da Provincial dar o veredicto autoritativo que resolva qualquer pendência.

cc) Nos estatutos também dever-se-á determinar detalhadamente tudo quanto diz respeito aos **programas** de estudo e de formação espiritual, intelectual, humana, apostólica. Tal estudo e formação deverão ser dados a tôdas as religiosas indistintamente, embora se possa e, digamos melhor, se **deva** atender aos precedentes estudos e formação recebida por muitas, como à conseqüente cultura e formação especializada que se devam dar para as atividades específicas futuras.

E' bom observarmos que especializações de ordem técnico-apostólica não podem prescindir da formação religioso-apostólica de que tanto falamos. Evidentemente, pois, caso sejam dadas pelo próprio Instituto, não lhes deverá faltar igualmente a programação oportuna, clara, peremptória, primeira condição para qualquer resultado bem positivo.

Cada Instituto pode ter seus métodos especializados de ensino. Os estatutos podem preceituá-los.

Em tôda essa questão o que mais importa é nunca andar às cegas, à fôrça de improvisações, normalmente tão deletérias para a solução de questão tão séria, como a da formação integral.

dd) Tem importância capital no regime dos Junioratos a explicitação das determinações **disciplinares**.

Um ponto de partida indiscutível é que no Juniorato deve haver a mais perfeita observância religiosa e, mais concretamente, deve aí prevalecer a **vida de comunidade mais exemplar** (16).

"Tanto no decurso do ano como durante o período de férias as ocupações das jovens religiosas e o contrôle de sua vida devem ser observados, a fim de assegurar a realização da finalidade do Juniorato. Uma vez que a formação tem que continuar, as jovens religiosas precisam sentir os efeitos do regulamento do noviciado. Precisa haver — continua o Pe. Gambari — portanto, exercícios e práticas com o fim de aumentar e solidificar o hábito da

16) C. 587 § 2.

oração, a vida interior, abnegação de si mesmo, correção dos defeitos, zêlo apostólico, caridade fraterna e a prática das virtudes" (17) (a. c. p. 208). Mas, como também no Noviciado e ainda mais que nêle, deve reinar nos Junioratos "uma atitude de franca confiança entre as jovens Irmãs e suas diretoras, a fim de facilitar seu desenvolvimento e amadurecimento, e evitar os maus efeitos da excessiva supervisão e da vigilância minuciosa" (a. c. p. 208).

ee) O que também, de modo muito particular, deve ser bem determinado é quanto diz respeito às primeiras **experiências nos diversos apostolados** a que se deverão dedicar as novas religiosas na vida futura.

Faz-se mister determinar bem o tempo e a medida dos mesmos e, de modo muito particular, o processo de contrôle ou ajuda factiva das superioras, mestras ou professôras, bem como das demais religiosas mais experimentadas nos mesmos.

O mesmo se diga do aproveitamento justo e oportuno das Junioristas nos trabalhos da casa ou em função da casa.

O que em ambos os casos mais importa é ter-se por princípio intangível que tudo deve concorrer para a **formação** das jovens antes e acima de tudo. As eventuais vantagens que daí muitas vêzes naturalmente derivam podem ser aproveitadas, é claro, mas não devem erigir-se como o **fim** dessas atividades.

ff) O **tempo** e a **duração** desta formação é questão que decorre naturalmente da mesma qualidade e quantidade da mesma. E' questão, além disso, que não pode sofrer a interferência de tantos fatôres, muitas vêzes muito acidentais, mas nem por isso irrelevantes extrínsecos à mesma.

Previnam-se sobretudo os abusos mais ou menos conscientes provindos de soluções **prementes** mas igualmente **imediatistas**. E' preciso, sobretudo, nos começos, compreender que exceções poderão e mesmo deverão fazer-se. Mas, dados os objetivos sempre mais perfeitos a que devemos tender, os estatutos de um juniorato deverão ser peremptórios no que diz respeito ao tempo que se deverá empregar em cada particular dessa formação, que deseja justamente eliminar improvisações sempre tão deficientes. O tempo previsto, pois, deverá ser todo e escrupulosamente empregado segundo os objetivos em questão e deverá ter uma duração proporcional aos mesmos.

A primeira questão, do emprêgo integral do tempo destinado à formação, fica evidentemente a cargo das superioras, às quais cabe exigir de tôdas (formandas e formadoras) a sua fiel observância. A segunda questão deve ser bem estudada por cada instituto e prèviamente determinada.

O Pe. Gambari e, em geral, quantos tratam do assunto falam amplamente do mesmo, sugerindo as mais variadas soluções. Em concreto sabe-se de Junioratos que duram de 1 a 5 anos, em proporção com a formação precedente já ministrada com programas orgânicos, p. e. juvenato ou aspirantado, postulantado, noviciado de dois anos, e em conformidade com certas especializações para os apostolados futuros.

A Comissão de São Paulo chegou mais ou menos à conclusão de que,

17) Est. Ger. Anex. art. 40 § 3.

tendo em vista o juniorato indispensável para tôdas as religiosas indistintamente, e segundo o programa particularizado que haveremos de apresentar nos artigos subsequentes, uma duração já bem oportuna seria a de **dois anos**.

Para quem julgasse **pouco**, outra coisa não teríamos a dizer-lhe se não que está mais com a razão, sobretudo porque estaria diante mais do próprio caso particular. Para quem achasse **muito**, pediríamos nos permitisse dar a resposta depois dos artigos em que falaremos explìcitamente dos objetivos e programas relativos à formação tôda, espiritual, intelectual, humana, apostólica.

Está-se tornando comum prolongar-se sempre o tempo da profissão temporária para cinco e seis anos também em razão do juniorato (18). Mesmo depois dos dois ou três anos em que as novas religiosas deixam a casa de Juniorato, continuam a chamar-se Junioristas e continuam a receber especiais cuidados de assistência e direção, como ainda lhes são proporcionadas especiais possibilidades de conferências, cursos intensivos, dias de recolhimento, ou coisas que lhes equivalham, sempre dentro dos objetivos da complementação da formação específica dos Junioratos.

gg) Os estatutos dos Junioratos não deverão ser omissos em quanto diz respeito ao descanso, divertimentos, exercícios físicos, férias para as Junioristas. Teremos ocasião, em artigo posterior, de falar amplamente dêste assunto que, muitas vêzes, não recebe a devida atenção dos responsáveis de uma formação integral que, para ser realmente tal, deverá ser também física.

O descanso, a distração cotidiana deverá ser proporcionada aos esforços que serão necessàriamente empregados para a consecução dos aperfeiçoamentos do Juniorato. Não poderão faltar as distensões semanais, mensais... e de modo particular as **férias** mais pròpriamente ditas.

Pode-se, é verdade, aproveitar das férias para algum curso intensivo especial. Podem elas ser sobretudo aproveitadas para atividades apostólicas, em caráter experimental, mais amplas que durante o ano. Mas deve ficar bem assentado quanto diz a "Sedes Sapientiae" a respeito, a saber que haja de verdade férias, que as atividades apostólicas estejam em função da formação e não já do lucro tantas vêzes procurado com detrimento do descanso oportuno e da mesma formação (19).

Para as casas de formação de religiosos, a Santa Sé fala de férias de todos os alunos conjuntamente e com programas oportunos para a sua formação específica. Não poderia, pois, faltar nunca a casa de férias própria para as casas de formação. Não é luxo. E' necessidade. E, havendo ainda no Brasil muitas possibilidades para conseguí-las com certa facilidade, não deveriam os responsáveis adiar a solução também dêsse problema para quando se torne quase impossível.

hh) Devem, por fim, os estatutos determinar quanto diz respeito a **exames**, a **diplomas**, a **conclusão de cursos** ou do mesmo juniorato.

Muitas vêzes tais **atestados** serão indispensáveis para exercer certas

18) Cf., p.e., o P. E. Gambari no a. c. p. 210.

19) Est. Ger. Anex. art. 35. P. E. Gambari, a.c. p. 208, b.

atividades apostólicas. Sempre poderão eventuais atestados enriquecer o "curriculum vitae" da religiosa. Como quer que seja, trata-se sempre de um reconhecimento oficial de um esfôrço bem sucedido. E' sempre um estímulo indùbiamente eficiente.

Tôdas essas normas e todos os melhores estatutos, porém, de pouco ou nada valeriam se não houver, antes por parte das formandas, a boa vontade e correspondência iluminadas e espontâneas e, por parte das responsáveis da sua observância, todo o respeito, veneração, empenho decidido pela sua concretização perfeita.

Já falamos acima das qualidades, em linhas gerais, de superioras e professôras. Indicaremos aqui alguma complementação das mesmas, sobretudo no ato prático da administração ou regime jerárquico.

b) **Superioras do Juniorato** — A superiora por excelência do Juniorato, responsável principal por tôda a formação, quer seja ela também ou não a sueriora local, é a **Mestra das Junioristas**. Ela **jamais** deve faltar em qualquer casa de Juniorato. Poderá e, normalmente, **deverá** ter outras coadjuvantes ou **auxiliares** em obra, bem o sabemos, bastante complexa.

aa) Quanto à **Mestra das Junioristas** diz-nos o Pe. Gambari: "Se lembrarmos que o noviciado liga-se ao Juniorato e é o desenvolvimento ou complemento harmonioso e integral da formação iniciada no noviciado, será evidente que a direção do Juniorato deve ser modelada na do Noviciado. A norma para os Junioratos de religiosas é também estabelecida pelo c. 588, 1, o qual prescreve que as religiosas destinadas aos estudos precisam ser confiadas aos cuidados especiais de um diretor espiritual, com as qualidades exigidas para os diretores de noviciados. Portanto, as jovens Irmãs precisam ser confiadas a uma religiosa que terá a tarefa de Mestra. A fim de que o propósito do Juniorato possa ser realizado, esta Mestra deve ser especialmente capacitada e preparada para a delicada tarefa a ela confiada. Em grande parte o sucesso do Juniorato dependerá de sua atuação e direção. Caberá a ela a responsabilidade do mesmo, o qual tem que dirigir sob o contrôle da Madre Geral. Para assegurar unidade de ação, alguns Institutos também confiam à Mestra a direção dos estudos. A Mestra não deve ter funções ou tarefas que são incompatíveis com o cargo que ela exerce ou que de qualquer maneira impeça que ela se entregue totalmente às jovens. No caso de funcionar a casa sòmente como Juniorato, nada impede que ela seja a mesma supreiora... Se o Juniorato estiver em conjunto com outra comunidade, a mestra não deve ser normalmente a superiora; e suas relações com a superiora da casa são análogas àquelas da Mestra do Noviciado com a superiora da casa de noviciado. A Mestra deve ter conhecimento profundo da vida religiosa em geral e de seu próprio Instituto em particular,e deve poder guiar não sòmente com palavras, mas também com exemplo. De certo modo, ela deve **personificar** o espírito do seu Instituto, tanto em **espiritualidade** como na concepção do apostolado. Ela deve poder ganhar a fé e a confiança das jovens Irmãs. À Mestra do Juniorato devem ser aplicados os princípios formulados nos Estatutos da "Sedes Sapientiae": isto é, ela deve ser selecionada com o maior

cuidado (20) entre os melhores membros (21) e de acôrdo com a Madre Geral, com quem fica normalmente a nomeação final" (a. c. p. 211s).

bb) Com relação às **auxiliares** da Mestra de Junioristas, diz o mesmo Pe. Gambari que são indispensáveis quando a Mestra é também superiora da casa de Juniorato. Normalmente, mesmo que não seja também superiora, não poderá ter preocupações que a desviem do seu importantíssimo e delicado múnus específico, como são as preocupações seculares, materiais ou equivalentes (a. c. p. 212).

O que importa então é determinar bem as competências nos estatutos ou mediante preceitos particulares em razão de necessidades sobretudo imprevistas.

Tais auxiliares deverão estar à altura de sua missão e entregarem-se totalmente à mesma com a preocupação fundamental de se entrosarem perfeitamente com a mente e a atuação da Mestra que deverá ter sempre em suas mãos o alto govêrno de tôda a formação.

c) **Professôras do Juniorato** — O programa às vêzes amplo do Juniorato poderá exigir a colaboração de docentes externos. Não há dificuldade sejam êles aproveitados nesse trabalho, uma vez que preencham as exigências da Santa Sé para com tais professôres (22). Mas, no comum dos casos, as professôras também precisam permanecer na casa de Juniorato e dedicarem-se, de fato, totalmente à sua missão que deverá ser não só de ensinar, mas de **formar** ensinando.

Já dissemos que elas "devem possuir todos os dons necessários a tal tarefa e devem igualmente estar em condições de cumprir fielmente suas responsabilidades. Portanto, não podem estar ocupadas em outras funções incompatíveis, e precisam dedicar todo o seu tempo ao ensino" (a. c. 212).

Deverão sobretudo, como foi dito das auxiliares da Mestra, entrosarem-se completamente com a atividade formativa desta, serem também elas suas auxiliares de direito e de fato.

d) **Outras religiosas da comunidade** — Dissemo-lo, também elas podem e devem colaborar com o próprio exemplo, com a própria experiência, sobretudo apostólica, na formação completa das jovens Irmãs. Aliás, nos referimos por duas vêzes à conveniência dos Junioratos estarem anexos às casas mais complexas da Província justamente porque aí se encontram as realizações apostólicas próprias do Instituto na atividade das Irmãs mais experimentadas.

Isto sugere às Provinciais, quanto possível, conservar ao lado dos Junioratos as religiosas mais exemplares e mais hábeis.

A experiência, porém, de situações iguais ou semelhantes adverte-nos que podem surgir dificuldades e colisões, sobretudo, p.e., no aproveitamento indevido das Junioristas em atividades apostólicas, com o fito de minorar as cargas às vêzes excessivas dessas Irmãs mais antigas. Podem surgir intromissões

---

20) Est. Ger. Anex. art. 24 § 2.
21) Est. Ger. Anex. art. 25 § 4.
22) Cf. acima A 7.

indevidas. Importa então ou nos mesmos estatutos (cf. acima aa) ee)) ou em preceitos gerais e particulares controlar e eliminar os abusos.

2) **Regime espiritual**

De tudo quanto viemos dizendo até o presente, mas sobretudo do precedente artigo, resulta claramente que o fito primordial do Juniorato é exatamente a formação e a vida **espiritual** sempre mais aprimorada. Para ela devem convergir todos os esforços do regime jerárquico e mesmo, em última análise, do regime temporal. Podemos, porém, com o Código de Direito Canônico, individuar três modos específicos de govêrno ou regime pròpriamente espiritual a saber, a confissão, a direção espiritual, as contas de consciência. Para alguns Institutos poder-se-ia indicar ainda um quarto: o capítulo das culpas.

a) **Confissão** — E' ciência bem comum quanto refere o Código de Direito Canônico relativamente à confissão e aos confessores das religiosas. Nos Junioratos, pois, há de se observar escrupulosamente quanto está determinado para tôdas as religiosas. Particularmente dever-se-á atender, de um lado, à necessidade de unidade de orientação, de outro, tôdas as liberdades que proporciona o direito a tôdas as religiosas para a inteira tranqüilidade da própria consciência (23).

O que mais importa lembrar aqui é o empenho decidido das responsáveis pelos Junioratos para darem às Junioristas confessores à altura da missão de atenderem às jovens religiosas em época tão delicada da própria consolidação na vida religiosa.

b) **Direção espiritual** — Sabe-se perfeitamente não ser a mesma coisa que confissão, tanto que normalmente é distinta da mesma nos Institutos masculinos (24), mas não se ignora que, nos Institutos femininos, se da normalmente o oposto, à saber: cabe em via de regra ao confessor ordinário, quer geral quer especial, êsse ministério tão fundamental na formação das almas nos caminhos de Deus.

Ninguém desconhece as grandes dificuldades, sobretudo no Brasil, para se atender oportunamente a essa exigência da vida, da formação religiosa. Todo o esfôrço nesse sentido considere-se pouco, se se puder realmente resolver convenientemente tão grande e tão grave problema.

Deverão de modo particular tais diretores conhecer a natureza da formação dos Junioratos, dar uma direção, digamos assim, especializada para Junioristas. Deverão preparar-se para missão tão delicada mediante o conhecimento da bibliografia especializada já existente para a direção de jovens religiosas e, futuramente, com bibliografia mais especialmente adaptada a Junioristas.

c) **Contas de consciência** — Distinguem os autores dois tipos de contas de consciência: uma de caráter interior que bem se pode confundir com a direção espiritual, a outra de caráter externo que sói determinar-se ou impor-se

23) C. 520-527.
24) Est. Ger. Anex. art. 28.

nos diversos Institutos Religiosos. E' evidentemente a êsse segundo tipo de prestação de contas que nos queremos referir.

Sabe-se, aliás, da disposição canônica (c. 530 § 1) que proibe terminantemente aos superiores qualquer indução dos súbditos à manifestação da consciência no que concerne à vida íntima. Devem tão só manifestar quanto diz respeito à vida exterior (c. 530 § 2). Se se tratar de superiores **sacerdotes** podem os súbditos e até convém que se abram no que diz respeito às dúvidas e ansiedades da própria consciência (ibidem). Quanto às superioras, o código nem aconselha nem dissuade essa abertura de alma. **Podem**, pois, as Irmãs fazê-lo quando se sentem animadas a tanto e bem percebem as vantagens dessa confiança.

Essa função de receber tais confidências será sem dúvida a mais delicada missão da Mestra de Junioristas. Não em vão sublinhamos acima com o Pe. Gambari os dotes excelentes que se devem exigir de uma Mestra de Juniorato. Se ela conseguir de fato tal confiança das suas jovens Irmãs terá perfeito, desde o comêço, largo caminho de formação.

Uma das razões principais pelas quais se sugere a existência de auxiliares para a Mestra é a de livrá-la de responsabilidades disciplinares tidas por mais idosas, a fim de que nada obstacule, nem de longe, a consolidação da confiança das Junioristas para com ela.

d) **Capítulo das culpas** — Não é comum para tôdas as Congregações ou Ordens. As que o tiveram, porém, por disposição particular, deverão valorizá-lo de modo particular neste tempo da formação, firmando sempre mais a compreensão das razões que o fundamentam e mesmo o recomendam e impõem, e dando as normas para o uso eficiente do mesmo.

O Pe. Paulo Philippe, Secret. da S. C. Religiosos, na conferência citada (II, ao fim) diz-nos a respeito: "onde existe o capítulo das culpas, será feito à parte para as jovens professas. Poderão, porém, assistir à exortação que se faz no capítulo da comunidade e poderão aí ser acusadas pelas religiosas de votos perpétuos".

3) **Regime econômico**

Muita coisa que se refere a êste regime e que tem caráter mais organizativo já foi dito acima. Aqui importa dizer que aquêles princípios não devem ficar na categoria dos "desiderata", mas devem ser, em estatutos provinciais e estatutos particulares do Juniorato, impostos taxativamente a quem de direito.

Podemos admitir que nos começos de um empreendimento da envergadura de um Juniorato de tipo ideal possa faltar muita coisa. Os estatutos, porém, deverão determinar as metas a se conseguirem e os meios de sua consecução. De modo particular, determinarão quanto diz respeito a equipamentos, recursos de manutenção, administração.

a) **Equipamento** — Já citamos os Estatutos da "Sedes Sapientiae" a respeito. Por princípio geral, deve-se prover o Juniorato de tudo quanto necessita, e com certa largueza de vistas, para a consecução de suas finalidades. Lugar de destaque deve ocupar a biblioteca, como o diremos adiante em artigos especiais.

b) **Recursos** — Já dissemos não dever o sustento do Juniorato gravar sôbre as superioras e professôras do mesmo, com prejuízo do esfôrço de formação a que se devem dedicar inteiramente.

Mas não só. Deverão ter garantidos os recursos para a ampliação da própria cultura e capacidade pedagógica. Além de estar a biblioteca à altura da sua especialização, deverão poder freqüentar cursos de extensão ou de especialização, participar a Congressos, fazer viagens, publicar estudos oportunos. Tudo isto e muita coisa mais deve supor recursos oportunos que se não devem considerar supérfluos mas necessários para um Juniorato.

c) **Administração** — Quanto à administração pròpriamente dita dentro do regime econômico, já dissemos não poder ficar diretamente, por via de regra, sob a responsabilidade imediata e particular da Mestra e, em geral, das professôras. A administradora dos bens é uma das auxiliares indispensáveis numa casa de formação, à qual caberá dar o conveniente bem estar, fornecer os recursos indispensáveis para as demais atividades de formação e vida religiosa, dentro das exigências da pobreza religiosa.

Poderá oportunamente servir-se das Junioristas para certas atividades que são próprias de quem fêz voto de pobreza, como dissemos acima, mas fugirá com todo o cuidado do perigo de empregar indevidamente as Junioristas em trabalhos que lhes impeçam, de qualquer modo, a indispensável formação própria do Juniorato. Para tanto, deverá depender inteiramente da Mestra e das auxiliares responsáveis por essa formação integral.

Sôbre essa formação integral tantas vêzes preconizada no primeiro e neste segundo artigo, haveremos de **especificadamente** falar nos artigos seguintes. Aí então se evidenciarão as razões de muitas objeções e dificuldades que se poderiam propor já a esta altura nos nossos estudos sôbre o Juniorato e que poderiam aqui mesmo ter solução devida. Preferimos deixar para mais tarde o tratado completo de tudo quanto diz respeito às dificuldades realmente ou só aparentemente existentes, para uma adesão completa aos desejos da Santa Sé. Aí também exporemos as soluções conjuntas que, aos poucos, poderá a C.R.B. levar a cabo com a colaboração comum dos diversos Institutos.

Prepare bem suas
PROFESSÔRAS DE JARDIM DE INFÂNCIA

Procure o
CURSO PARA EDUCADORAS do COLÉGIO JACOBINA

117 — Rua São Clemente — Rio de Janeiro

Há bolsas para Religiosas que mantém asilos

Curso de Introdução ao Trabalho Social

O Departamento de Serviço e Assistência Social está planejando um curso de Introdução ao Trapalho Social, a ser dado nas Casas Religiosas, por elementos da própria comunidade, e conforme orientação e apostilas a serem distribuídas pelo referido departamento da C. R. B.

Algumas comunidades já o solicitaram, mostrando que há interêsse, mesmo de religiosas educadoras, pela aquisição de técnicas de trabalho social.

Transcrevemos abaixo o plano do curso. Poderá, quem sabe, interessar outras comunidades, a quem atenderemos com prazer, caso haja solicitação.

Curso de Introdução ao Trabalho Social

Duração: três meses, mais ou menos; aulas semanais, aos domingos, ou em outros dias da semana, num horário em que seja possível reunir as Religiosas para as aulas.

Professôra: uma Religiosa da comunidade se encarregará de explicar a matéria, e de dirigir os debates que, certamente, terão lugar após as aulas.

Programa: **Introdução**

Noções de círculos de estudo — direção e participação de debates (técnicas a serem empregadas pelas cursistas).

1.ª parte:

a) Rápida visão da realidade social em que vivemos
b) Soluções?
— o capitalismo
— o comunismo
c) Papel da Igreja
— a ação
— a nossa parte (nós somos a Igreja)

2.ª parte: O trabalho Social
a) as diversas formas de assistência
b) principais problemas a enfrentar no trabalho social
c) o objeto do trabalho social: a pessoa humana
d) relações do trabalhador social com a pessoa beneficiada.
e) normas básicas ao trabalho social
f) entrevista — visita domiciliar
g) características de uma boa obra social

3.a parte: Estudo de problemas específicos aos diversos tipos de obras sociais.

Será um curso flexível ao máximo, podendo ser realizado em qualquer época, conforme as conveniências de cada casa, e sendo fàcilmente adaptável a diversos níveis de instrução.

A duração prevista poderá ser abreviada ou alongada, de acôrdo também com as possibilidades das casas.

O Deprtamento de Serviço e Assistência Social entrega-se a êsse trabalho, por estar certo de que a Igreja no Brasil necessita e espera de todos os cristãos, dos religiosos especialmente, a sua quota de realizações na dura batalha que vem enfrentando contra as fôrças inimigas. E por estar certo também de que uma tomada de consciência, aliada à aquisição de algumas técnicas, poderá representar um grande valor em prol da vitória que desejamos.

Qualquer correspondência relativa a êsse curso deverá ser dirigida ao Deptº. S. A. S. da C. R. B. — Rua Humaitá, 170 — Rio GB.

Departamento de Serviço e Assistência Social da C. R. B.

ATIVIDADES DO "PRO MUNDI VITA"

A PROPÓSITO DE UM CONGRESSO SÔBRE O BRASIL (Maastricht — Holanda — 13 e 14 de julho de 1962)

Pe. Tiago G. Cloin CssR

A antiga cidade de Maastricht na Holanda, situada a poucos quilômetros tanto da Alemanha como da Bélgica, celebrou de 8 a 22 de julho p. p. sua tradicional e célebre "Heiligdomsvaart" ("Visita ao Santuário"), que se realiza de sete em sete anos, com a exposição das antiquíssimas e preciosíssimas relíquias, conservadas na vetusta Basílica de São Servácio apóstolo e primeiro Bispo da Holanda (IV século). Dignitários eclesiásticos, Sacerdotes, Religiosos, Religiosas e leigos católicos costumam, durante esta quinzena, afluir em grande número, a fim de participarem nas solenidades, pelo que se oferece uma particular oportunidade para celebrar todo gênero de congressos, reuniões, encontros etc. Aproveitando a viagem do Secretário Geral da CRB à Holanda, organizou o Comitê holandês "Pro Mundi Vita", nos dias 13 e 14 de julho último, em Maastricht, um Congresso para Religiosos sôbre o Brasil, com o intuito de propagar a idéia geral do "Pro Mundi Vita", a saber: contribuir para uma mais inteligente distribuição do pessoal apostólico e missionário sôbre as regiões espiritualmente mais necessitadas do mundo. Dedicando o Congresso ao Brasil, pretendia-se intensificar o interêsse dos Religiosos da Holanda pela nossa Pátria.

Os organizadores do Congresso, tendo em conta que os Institutos clericais da Holanda já estão bastante representados no Brasil — ao contrário das Congregações não-clericais e das femininas — e que a presença de Padres em número elevado dificultaria o diálogo com os Irmãos e Irmãs, convidaram para êle Superiores maiores e assistentes principalmente de Institutos não-clericais e de Religiosas, que já tinham dado provas de vivo interêsse pela América Latina em geral e pelo Brasil em particular. Estavam representadas ao todo 39 Congregações. Foram convidados outrossim, a título pessoal, Padres, Irmãos e Irmãs e, bem assim, um reduzido número de leigos, representantes de diversos grupos apostólicos. Presidiu ao Congresso o Revmo. Pe. Charles Denker CssR, ex-Provincial dos Redentoristas do Nordeste brasileiro.

I — O primeiro conferencista foi o Revmo. **Abbé François Houtart,** Diretor do Centro de investigações sócio-religiosas de Bruxelas, que dissertou magistralmente sôbre a **Igreja perante as transformações sociais na América Latina**. Por suas inúmeras viagens pelo nosso continente a fora e por ter dirigido, durante três anos, a equipe que realizou a grande pesquisa sócio-religiosa sôbre a América Latina em preparação do relatório para o Concílio Ecumênico, é êle um dos maiores especialistas — senão o maior — em assuntos pastorais do nosso hemisfério. A explosão demográfica — assim disse

Abbé Houtart — a progressiva industrialização e urbanização, a transformação da zona rural, a expansão dos meios de comunicação e a infiltração de ideologias não- católicas, tudo coloca a Igreja perante a ingente tarefa de incorporar efetivamente em si mesma, dentro de 40 anos, mais 400 milhões de latino-americanos. E' êste o aumento mínimo previsto neste prazo e cuja incorporação numa sociedade e cultura necessàriamente diferentes das anteriores é preciso realizar.

O aumento de vocações, especialmente as sacerdotais, não acompanha, de forma alguma, o aumento demográfico, pelo que é inevitável a conseqüência de que a média de católicos por sacerdote e por paróquia venha a crescer contìnuamente. Qual deverá ser a atitude da Igreja perante esta situação? No passado houve, na América Latina, por causa da estabilidade das estruturas sociais do tipo patriarcal, uma quase automática transmissão do catolicismo — por mais defeituosa que fôsse — de pais para filhos, à qual as profundas e rápidas transformações sociais porão fim dentro em pouco. Será indispensável intensificar os existentes "canais" de transmissão da mensagem cristã e, mais ainda, criar outros novos. Para conseguir isto, surge uma acentuada descentralização da catequese, organizando-a nas capelas e fazendas do interior e, de modo semelhante, nos bairros urbanos. Urge também uma descentralização do culto católico, mesmo sem a presença do sacerdote, para criar a possibilidade de as convicções católicas se expressarem e concretizarem em atos religiosos comunitários. Urge ainda uma descentralização da administração dos sacramentos, no sentido de leigos substituirem o sacerdote, enquanto teològicamente fôr possível: p. ex. na administração do batismo, na distribuição da S. Comunhão, na celebração do matrimônio. Quanto à Confissão, deve ser elaborada uma legislação a respeito da absolvição coletiva. Urge finalmente uma intensificação da formação de apóstolos-leigos, cuja tarefa principal será a de "batizar" a nova civilização latino-americana que está para nascer.

Para tudo isso será indispensável de um lado um aprofundamento da Teologia dos valores terrestres e da Teologia pastoral, para poder orientar a adaptação da Pastoral às profundas transformações sócio-religiosas, e de outro, para os fiéis, uma intensificação e fortalecimento do sentido de "pertencer à Igreja", cujos meios por excelência são a renovação litúrgica pela participação ativa e consciente na vida da Igreja e a promoção do apostolado dos leigos.

Não obstante a imensa tarefa da Igreja na América Latina perante as radicais transformações sócio-religiosas, das quais resulta uma situação pastoral de particular gravidade, há motivos — assim concluiu Abbé Houtart — para enfrentar a situação com confiança e otimismo. "Cada vez que eu viajo pela América Latina, fico impressionado pelas novas experiências pastorais que se estão multiplicando por tôda parte. Noto uma coragem pastoral de procurar e abrir novos caminhos para resolver os problemas. Em comparação com a efervescência pastoral na América Latina, os países da velha Europa e da América do Norte me causam a impressão de estarem estagnados".

II — Na parte da tarde do mesmo dia, falou a **Madre Néria Thissen** das Servas do Espírito Santo, que trabalhou durante muitos anos no Brasil. Os

organizadores do Congresso tinham-lhe confiado o tema: **A tarefa da Religiosa de hoje no Brasil**. Três pontos se destacaram de modo particular na sua exposição. Primeiro, frisou que as Províncias no Brasil não devem limitar seu apostolado ao ensino, à enfermagem e à ação social. A hora atual, mais do que o passado, exige um apostolado "à segunda potência", formando professôras, enfermeiras e assistentes sociais brasileiras. São aliás só os brasileiros que poderão resolver adequadamente os problemas do Brasil. Em seguida, as Províncias devem colaborar, ao máximo possível, na promoção da classe ascendente, dedicando-se à formação intelectual, técnica e religiosa da mesma. Desta forma contribuirão valiosamente para a verdadeira democratização das instituições. Pois, enquanto continuarmos a recrutar os dirigentes e líderes para as funções tanto públicas como privadas da estreita camada dos 5 a 10% de privilegiados que não têm o monopólio da inteligência e do caráter, enquanto — com outras palavras — continuarmos a não aproveitar 90 a 95% da inteligência e caráter do povo para a liderança, ninguém deve estranhar que as coisas no Brasil vão mal. Urge, portanto, proporcionar à pequena classe média e à operária a oportunidade de receberem ensino médio e superior, para que possam começar a participar, mais tarde, na direção dos destinos do País. O esfôrço de tôdas as Províncias no Brasil deve convergir para a ampliação dessa estreita camada de 5 a 10% de onde estamos recrutando os líderes, para 20, 30, 40%. Finalmente devem as Províncias no Brasil cuidar, de modo particular, que o apostolado das casas religiosas se entrose com a pastoral da paróquia e da diocese. No Brasil a Igreja está apelando às Religiosas para tarefas, para as quais as Religiosas da Europa nunca foram solicitadas. As Superioras maiores na Europa, de cuja jurisdição dependem casas no Brasil, devem portanto ponderar sèriamente se novos ramos e métodos de apostolado — para os quais a Igreja apela às Religiosas — embora não sejam adotados na Europa, não poderão e deverão ser adotados, com a devida licença, por suas súbditas no nosso País.

Depois desta conferência, o plenário se dividiu em mesas redondas para discutir os três mencionados pontos e trocar idéias.

III — O segundo dia do Congresso estava reservado ao **Secretário Geral da CRB** que apresentou aos Superiores maiores o **plano de pastoral de conjunto do Episcopado do Nordeste do Brasil e suas realizações**. As idéias ventiladas nesta conferência já estão publicadas na Revista da CRB de julho p.p. A exposição tinha por segunda intenção justificar perante os Superiores maiores por que o "Pro Mundi Vita" se tem dedicado, até o momento, quase exclusivamente ao Nordeste do Brasil, e ilustrar como a Conferência dos Religiosos está procedendo na orientação dos novos Institutos que vêm estabelecer-se nesta área.

O chefe-redator do principal jornal católico da Holanda escreveu: "Foi uma conferência que impressionou profundamente os muitos Superiores maiores presentes. Nunca vi um auditório prestar a um conferencista, durante mais de hora e meia, tão intensa e ininterrupta atenção". E' que o auditório não tinha esperado que em uma zona tão sacrificada como o Nordeste brasileiro, fôssem possíveis realizações como as do "Movimento de Natal". Foi para êles uma verdadeira revelação!

Depois da conferência, houve oportunidade para fazer perguntas sôbre vários aspectos do estabelecimento de Religiosos no Nordeste: os critérios de escolha do lugar e da obra, as possibilidades de recrutamento, a assistência jurídica e canônica da CRB, aspectos financeiros, orientação para ulteriores fundações etc.

Encerrando o Congresso, o Presidente do "Pro Mundi Vita" declarou: "Demos, nestes dias, um exemplo de como o "Pro Mundi Vita" pretende atuar, dando aos Superiores maiores informação e documentação objetivas e pormenorizadas sôbre regiões espiritualmente necessitadas. Devemos abandonar os antigos caminhos de improvisação ao enviarmos pessoal missionário. Onde e como começar, não pode continuar a depender de fatôres meramente fortuitos. "Pro Mundi Vita" quer orientar as relativamente poucas fôrças apostólicas disponíveis e dirigi-las sistemàticamente para regiões onde existe, além de grave necessidades espiritual, um projeto de pastoral regional em execução, como p. ex. no Nordeste do Brasil, e um órgão que dê assistência aos novos Institutos ao se estabelecerem nesta região, como é o caso da Conferência dos Religiosos do Brasil. Em vez de dispensarmos nossas fôrças sôbre uma multidão de obras isoladas, sem nenhuma coesão e às vêzes sem nenhuma expressão, devemos enquadrá-las em um plano de conjunto regional ou nacional, escolhendo os pontos estratégicos e os setores vitais da pastoral de uma região ou país inteiros. Apenas desta forma será possível atender às objetivas necessidades espirituais de uma grande área e simultâneamente aos legítimos interêsses das próprias Congregações religiosas. Fazemos votos de que em breve se apresentem outras regiões na América Latina, como também em outros continentes, que ofereçam condições semelhantes às do Brasil. "Pro Mundi Vita" não deixará de interessar-se efetivamente também por elas".

(o)

Dois fatos deram ao Congresso um relêvo todo particular. No próprio prédio, onde se realizavam as sessões, estavam expostos 15 grandes quadros estatísticos sôbre a situação das vocações religiosas do mundo, da América Latina e do Brasil em especial, confeccionados pelo nosso Departamento de Estatística para o I Congresso Internacional das Vocações religiosas de dezembro do ano passado e utilizadas no Congresso Internacional das Vocações sacerdotais de maio p. p., ambos realizados em Roma. Tanto em Roma como em Maastricht a exposição logrou os mais calorosos aplausos. Mais sensacional foi a conferência ao ar livre que a equipe de "Pro Mundi Vita" organizou na noite do primeiro dia do Congresso, das 23,00 às 24,00 hs. Uma multidão de romeiros da "Heiligdomsvaart", aglomerado na grande praça da Basílica de São Servácio, estava assistindo a um concêrto executado por um famoso conjunto filarmônico. Terminado o concêrto, os holofotes que iluminavam abundantemente a praça apagaram-se e os alto-falantes anunciaram: "Pro Mundi Vita apresenta as principais áreas de necessidade espiritual da Igreja". Numa tela de 5 x 5 metros projetaram-se diapositivos coloridos de quadros estatísticos e de cenas ilustrando a urgente necessidade de a Igreja tôda, Religiosos e leigos, se mobi-

lizar para socorrer a América Latina e o Brasil em especial. Durante uma hora, a multidão continuou de pé, escutando a eloqüente equipe do "Pro Mundi Vita".

Êste primeiro testemunho público do "Pro Mundi Vita", com ampla cobertura de rádio e jornais católicos, teve uma tal repercussão que a Diretoria decidiu organizar para setembro do próximo ano, provàvelmente na Alemanha Ocidental, um Congresso internacional para confrontar o mundo católico inteiro com a idéia que deu origem ao "Pro Mundi Vita", a saber: a necessidade de repartir mais inteligentemente as fôrças apostólicas sôbre as regiões espiritualmente mais desprotegidas.

PIONEIROS DE EDUCAÇÃO SOCIAL

Em Pôrto Alegre realizou-se o terceiro encontro de educadores católicos, após jornadas em Goiânia e São Paulo. Dois filhos de Santo Inácio, correndo em suas veias sangue espanhol, e ardendo em suas almas o santo ímpeto do Soldado de Cristo: os rev. P. Castanheda e Galache.

Qual a mensagem trazida a nós, educadores, qual transfusão de sangue, a dar nova vida a um organismo já depauperado um pouco pelo desgaste de tantos séculos de labuta na vinha do Senhor, na Igreja de Cristo?

É a mensagem do Evangelho, adaptada, ajustada à hora presente. Souberam conquistar colaboradores de peso e de ideal elevado como o seu.

Funcionando no Colégio tradicional das rev. Irmãs de São José, "Mme. de Sévigné", era de fácil acesso por sua posição central, reuniões em horário cômodo, nos dias 20 a 27 de julho, congregaram perto de 400 participantes.

A onipresença dos rev. PP. organizadores dava aquêle cunho de familiaridade e segurança, de unificação e sentir-se bem. Dentro dêsse clima tão católico, desdobraram os demais membros da equipe seus programas específicos.

Nos dois primeiros dias ilustrou-nos o eminente professor J. L. Mesquita de São Paulo com elucidações sôbre o PROBLEMA SOCIAL, desenvolvendo os temas atuais de Propriedade particular e sua função social: Capitalismo e trabalho à luz da Mater et Magistra; Retribuição de trabalho; Capitalismo liberal e moderado; Socialismo e Socialização; Reforma de Estrutura — assuntos sedutores que foram ventilados e aprofundados em diversas sessões de Debate dirigido, obtendo interessantes conclusões. Ofereceu-se oportunidade de adquirir o livrinho, da autoria do prof. Mesquita: "Primazia do Trabalho sôbre o Capital", com o exemplar da "Mater" da qual tirou os fundamentos do livro.

Já no segundo dia o rev. P. Galache nos fêz sentir o "Encontro com o problema da moradia, miséria e sofrimento do operário", aprofundado pela exibição de um filme de fundo social, no domingo, após a S. Missa comunitária dos participantes. O que fôsse esta vivência só pode dizer quem assistiu e sentiu em si reverberar a união de tantas almas santas e privilegiadas, unidas no Cristo a se oferecer a Deus, seu Pai, em sacrifício pela mão do sacerdote, e se dar em alimento a seus servos ali presentes. A família de Deus, o amor da Mãe!

Quem conhece a fôrça e a vivacidade, a convicção e sinceridade cruel do Dr. Carlos de Britto Velho, pode fazer-se idéia do que fôssem as conferências do grande sociólogo e operário social que é S.S. fazia vibrar o auditório com suas três palestras sôbre a Reforma agrária, dando oportunidade de obter o texto resumido destas diretivas preciosas, na hora presente.

Novamente ocuparam o microfone e a atenção concentrada dos cursistas, a palavra comovente, às vêzes pungente, dos rev. PP. Castanheda e Galache, sôbre os temas: "Encontro com os problemas da incultura, irreligiosidade e sofrimentos morais do operariado", "Responsabilidade do cristão diante do problema social" e "O elemento social na formação da consciência de nossos alunos".

A manhã da quarta-feira trouxe o prof. Romano Brancher, irmão do tão conhecido Frei Celso OFM, a falar sôbre "Legislação do Trabalho", seguido de Debate esclarecimento.

À tarde, o rev. P. Castanheda emocionou os cursistas com a tese: "As três dimensões da renovação social", e exibiu outro filme social.

Ainda na memorável têrça-feira, dia 24 de julho, ouvimos os rev. PP. Organizadores falar sôbre: "Três aspectos da formação social"; "Métodos práticos para formação social num colégio"; "Questões discutíveis no campo prático".

Veio então a rev. Irmã Iracema, da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, das Salesianas. Expressamente chamada de São Paulo, onde é lente de Filosofia na Faculdade de Lorena, a rev. Irmã nos trouxe exclarecimentos profundos a respeito do MATERIALISMO DIALÉTICO, porquanto é voz geral que é dever de todo católico, e mais ainda de todo professor, conhecer o inimigo, para poder agir. E, como o Marxismo é uma idéia, um messianismo, torna-se imprescindível ocuparmo-nos com êle, sèriamente. Situou, com maestria e eloquência, o problema social em tempo e espaço, dentro da Filosofia, e da realidade social. A seguir expôs, de modo original e inteligentíssimo, a doutrina de Mrx, ao todo em três inesquecíveis aulas.

Na Quarta-feira, para completar, o eminente Catedrático, Dr. Eloi J. da Rocha discorreu sôbre o tema: "Salário" e o Dr. Galeno Lacerda tratou do assunto atualíssimo da "Participação dos lucros". Para terminar a série o Dr. Leopoldo Hoffmann, na Quinta-feira abordou a "Cogestão".

Em três magníficas e emocionantes Conferências, o rev. P. Tomás Henriques S.J. falou sôbre Marxismo, Comunismo, Táticas comunistas e Atitude do cristão diante do comunismo. Falou com autoridade de quem sabe e de quem vivenciou: pois S. Rev. passou na China Comunista sua temporada de confessor ou mártir no poder dos Vermelhos, e descreveu suas experiências no livro, já conhecido e famoso: "Em três Cárceres comunistas".

Como chave de ouro voltam a palestrar os rev. PP. Castanheda e Galache, em "Encontro com o Cristo Total"; "O elemento social na formação da consciência da aluna", finalizando com Reuniões em equipes, Assembléia geral, novos Debates e Conclusões, seguidas da entrega dos certificados de frequência.

Desejamos a tôdas as comunidades religiosas que tenham a sorte de assistir a tão oportunas palestras e ensinamentos, para colaborar no advento da "Idade Nova", não já, com violência, como está sendo apregoado, até por pessoas do campo católico à maneira dos marxistas, mas em lenta e progressiva, ininterrupta e eficiente evolução, revolução social-cristã, à moda do que preconizou Nosso Mestre, Jesus, quando compara o Reino do Céu à "Semente" e ao "Fermento" na massa até levedar tôda ela. Se bem que Jesus afirma que o "Reino dos Céus" sofre violência, refere-se o divino Mestre à violência que o cristão deverá fazer em bem da própria perfeição e em bem do próximo e ao próximo como a Jesus Cristo, que se identifica com o "Mínimo" de seus irmãos — mas não apregoa violência contra os "outros", pois, não é "matando" os comunistas que se vence a batalha, e sim "Convertendo-os" à doutrina de Jesus, que, no fundo, é a aspiração dêsses nossos irmãos enganados por falsos profetas, e promessas falazes, à base de exploração da miséria que grassa, desoladora, nas fileiras dos pobres, operários e humildes.

"Eu vim para evangelizar os pobres"! Palavra de Jesus que será endossada por todos que seguem ao divino Mestre!

Ir. E. LEY, Franciscana do Sul

A COMUNIDADE PAROQUIAL

II — SUAS TAREFAS

Pe. Leão Douven, CssR

Para descobrirmos os elementos essenciais para uma paróquia se tornar comunidade cristã, temos que partir de sua finalidade, de sua tarefa. Em geral podemos dizer que ela deve continuar a obra que Jesus começou na sua vida terrestre e que legou à Santa Igreja, e em cada lugar, à comunidade paroquial. Acentuamos, portanto, que Jesus entregou aquela incumbência não em primeiro lugar a cada católico individualmente, mas à Santa Igreja como coletividade.

As quatro tarefas

Uma das idéias mais comuns, encontradas na Bíblia, é a do "povo eleito". A Santa Igreja é o povo que Deus elegeu para "seu" povo, e cujo verdadeiro chefe é o próprio Deus; é o povo que tem uma fé inabalável em "seu" Deus, e que procura escutar sua voz através da pregação. Deus transmite sua palavra ao seu povo através da Bíblia, através de homens ilustres do passado que souberam interpretar bem as palavras de Deus, e, no tempo atual, através do Papa, do bispo e em cada paróquia através do vigário. Assim podemos indicar como a primeira tarefa da comunidade paroquial: **ouvir com fé a palavra de Deus**. Isto acentua a importância das leituras e dos sermões na paróquia.

A esta tarefa corresponde outra: **prestar homenagem a Deus**. No Antigo Testamento, esta homenagem consistia sobretudo nos sacrifícios que eram oferecidos no tempio. Jesus substituiu êsses sacrifícios pelo de si mesmo no Calvário. Mas não basta que Jesus tenha oferecido um sacrifício: seu povo deve acompanhá-Lo através da Santa Missa. Esta consideração acentua o caráter comunitário da Missa: ela deve ser a homenagem pública do povo católico, da comunidade, a Deus Pai, feita em união com Jesus. Esta homenagem é completada pela oração em comum, por procissões, etc.

O fato que a tarefa litúrgica é a mais importante, explica porque os católicos procuram agrupar-se em redor de suas capelas ou igrejas. E quando surge em algum lugar do interior um pequeno povoado, o povo católico logo se preocupa em construir sua igrejinha.

Entretanto, os católicos da paróquia devem estar unidos não apenas pela palavra de Deus que ouvem em comum, e pela homenagem que conjuntamente oferecem a Deus, mas também pela **caridade** e pelo **esfôrço apostólico coletivo.**

Pio XII acentua a importância da caridade: deve haver "união entre os homens pelos laços da amizade... Ninguém é estranho aos outros... a alegria e o sofrimento de cada um são a alegria e o sofrimento de todos" (Ephem. Theol. Lov. XXIX, 1953, pág. 716).

Os fiéis devem estar unidos também pelo apostolado coletivo. A comunidade paroquial deve ser a luz do mundo, o sal da terra, a testemunha contínua de Jesus entre os homens e o candelabro que não se coloca debaixo do alqueire. Mas por tôda parte há obstáculos que dificultam a expansão do reino de Cristo nêste mundo, como por exemplo a ignorância religiosa, a infiltração de idéias pagãs entre os fiéis, a falta de divertimentos honestos e a atração de divertimentos inconvenientes, o problema operário etc. etc. Nêstes casos, o povo católico deve criar consciência dêstes problemas e tentar resolvê-los de comum acôrdo. Êste esfôrço coletivo é uma tarefa da comunidade, uma tarefa que une os fiéis.

A paróquia deve ser uma comunidade também fora da igreja

Enumeramos como tarefas da comunidade paroquial: a) ouvir com fé a palavra de Deus, b) prestar pùblicamente homenagem a Deus, c) alimentar a caridade entre fiéis, e d) esforçar-se apostòlicamente por resolver os problemas que dificultam o crescimento espiritual do reino de Cristo. Podemos dizer também que a paróquia deve ser uma comunidade litúrgica e apostólica, baseada na caridade.

Das quatro tarefas enumeradas, as duas primeiras geralmente são cumpridas dentro da igreja, as outras duas fora da mesma, e por isso podemos dizer que os católicos devem estar unidos dentro e fora da igreja. E' evidente que conseguir a união fora da igreja, união em caridade e apostolado, é muito mais difícil do que a união dentro da igreja, porque exige mais empenho da pessoa humana; mas também podemos dizer que a união em caridade e apostolado é o complemento da união na igreja. A homenagem que os fiéis oferecem a Deus durante a Missa, é mais perfeita e mais comunitária à medida que êles estão mais unidos fora da igreja. Concluimos que, para avaliarmos o grau de perfeição que a comunidade alcançou, devemos tomar como norma o esfôrço comum dos fiéis de resolver problemas de caridade e de apostolado. Em palavras mais simples: igrejas cheias nem sempre são sinal de que a comunidade paroquial chegou a um alto grau de perfeição. Êste grau devemos avaliar pela caridade que é praticada entre os fiéis e pela preocupação apostólica que existe não apenas na elite mas também no povo todo pelos problemas religiosos da paróquia. Fàcilmente cometemos o êrro de julgar uma paróquia de acôrdo com o número de fiéis que se reune na igreja nos domingos e nos dias da semana, mesmo que êste número represente a totalidade dos católicos.

Cabe-nos dizer agora uma palavra sôbre a delimitação da comunidade paroquial.

De propósito falamos em "comunidade", e não em "paróquia... Pois a palavra "paróquia" está presa a um sentido jurídico; é um têrmo da administração eclesiástica. A palavra "comunidade" tem um sentido sociológico, indica a solidariedade que existe entre certo grupo de católicos, supõe que seus membros, até certa altura, sabem pensar e agir em comum. Muitas vêzes paróquia e comunidade coincidem no seu âmbito territorial, porque a igreja matriz é o centro, por causa do culto da administração dos sacramentos e da pregação da palavra de Deus. Mas acontece também frequentemente que dentro da mesma paróquia há varias comunidades, várias igrejas, cada uma com suas associações

e vida religiosa. Nas grandes cidades acontece que os limites da paróquia — por sua natureza fixos e rígidos — não coincidem com a demarcação da comunidade — por sua natureza vaga e sujeita a modificações. O modo mais fácil de se saber até onde vai a comunidade talvez seja: indagar quais os fiéis que consideram a igreja matriz como sua, quais os fiéis que consideram sua obrigação ajudar financeiramente na sua construção ou reforma.

Quanto à diferença entre comunilade e paróquia, há ainda outra opinião entre alguns sociólogos católicos da Europa. Reconhecem a necessidade de os fiéis viverem uma comunidade cristã, pois esta é o reino de Deus, a Igreja, "hic et nunc". Consideram, entretanto; possível que várias paróquias juntas constituam uma só comunidale cristã, uma comunidade apostólica; baseada na caridade e solidariedade cristãs. Nêsses casos, a paróquia absorveria apenas a função litúrgica.

Mesmo que a comunidade religiosa nem sempre coincida com a "paróquia", mantemos a palavra comunidade "paroquial", para distinguí-la bem da comunidade "profana", que segue outros princípios e frequentemente tem outra delimitaqão.

BIBLIOGRAFIA

HISTÓRIA DA LITERATURA ITALIANA por Rosário Tosto. Tradução de Luigi Castagnola — Vol. I Desde as Origens até o Século XV — Petrópolis — Editora Vozes Ltda. 1962 págs.141.

Com grande dificuldade depara o Professor de Língua e Literatura Italiana do Curso de Neolatinas das nossas Faculdades de Filosofia ao ministrar aulas a universitários, que pouco ou nada sabem da história da Itália e que mal conhecem a língua italiana.

Se, de um lado, não pode permitir-se o luxo de ostentar profunda erudição, em vista da precariedade do preparo dos alunos, de outro lado, não deve nivelar suas aulas às do curso primário.

Necessário se torna encontrar um meio têrmo em que, superado o grau elementar, o docente não se perca na irrealidade didática de uma exposição inacessível ao auditório.

A História da Literatura Italiana de Rosário Tosto, traduzida por Luigi Castagnola, poderá, ao que nos parece, solucionar êsse problema didático. Simples e metódica, suficientemente ampla sem ser prolixa, dá-nos um quadro satisfatório do ambiente étnico e cultural em que teve origem e se desenvolveu a literatura italiana.

O Autor, valendo-se de sua longa experiência de docente da matéria, soube esposar a exatidão histórica à liberdade da interpretação estética, oferecendo-nos um texto, que responde às exigências dos modernos cultores da ciência literária.

A tradição foi feliz. O Prof. Castagnola transpôs para o português a esbelta leveza do original, o que torna mais fácil a compreensão aos nossos alunos, tão atarefados, em geral, e tão distraídos por trabalhos e deveres estranhos à aula.

Também a veste tipográfica é agradável e convida à leitura.

É de se desejar que a obra, ainda no primeiro volume dos três de que constará, tenha a merecida aceitação nas nossas Faculdades e junto às pessoas, que, possuidoras de sólida cultura geral, lamentam a lacuna do desconhecimento da literatura italiana.

Nós a recomendamos aos nossos alunos com satisfação, diríamos com alívio, pois nos dispensa da preparação intelectual e material das habituais apostilas, sempre insuficientes, e nos permite dirigir os esforços para estudos especializados em tôrno de determinadas correntes ou de autores preferidos.

Frei Cassiano Ofmcap
(da Univ. do Estado da Guanabara)

Casas de Congregações Religiosas Femininas Fundadas e Fechadas em 1958

A — CASAS FUNDADAS

ORDEM OU CONGREGAÇÃO	S E D E	NOME DA CASA	LOCALIDADE-UF.
Ação Paroquial, Congr. das Missionárias de	Tietê-SP	Asilo São Vicente de Paulo	Palmital-SP
		Lar São Vicente de Paulo	Tietê-SP
Amor Divino, Congr. das Filhas do	Cérro Largo-RS	Escola Normal de Assis Brasil	Ijuí-RS
Angélicas de São Paulo, Congr. das Irmãs	Rio de Janeiro-GB	Amparo Maternal	Rio de Janeiro-GB
Apostolado Católico, Irmãs de Maria do	Santa Maria-RS	Colégio Máximo Palotino	Santa Maria-RS
Beneficiência Popular	Mariana-MG	Educandário Popular Feminino	Mig. Burnier-MG
		Educandário São Rafael	B. Horizonte-MG
		Hospital S. Vicente de Paulo	Itabirito-MG
Capuchinhas de S. Francisco de Assis	Fortaleza-CE	Educandário N. Sra. Lourdes	Balsas-MA
Congregação das Missionárias		Hospital e Maternidade de Camocim	Camocim-CE
Caridade, Congr. das Peq. Irmãs Missionárias da	Paraíba do Sul-RJ	Casa N. Sra. de Fátima	Xambicá-GO
		Irs. Mission. da Caridade	São Paulo-SP
Carmelitas, Congr. das Irmãs Missionárias	Cajázeiras-PB	Hospital de Cajázeiras	Cajázeiras-PB
Carmelitas da Divina Providência, Congr. das Irmãs	Maringá-PR	Instituto N. Sra. do Carmo	B. Horizonte-MG
		Pensionato Me. Maria das Neves	Goiânia-GO
Carmelitas Servas dos Pobres, Congr. das Irmãs	Rio de Janeiro-GB	Ginásio e Esc. Normal dos Stos. Anjos	Joinville-SC
Catequistas, Companhia das	Rodeio-SC	Juvenato São Policarpo	Vitorino-PR
		Casa Menino Deus	Timbó-SC
Coração Imac. de Maria, Congr. das Filhas do	Caucaia-CE	Maternidade do Derby	Recife-PE
		Maternidade Paulo Sarasate	Redenção-CE
Combonianas, Congr. das Irmãs Missionárias	João Neiva-ES	Ginásio N. Sra. do Líbano	João Neiva-ES
Divina Providência, Congr. das Irmãs da	Florianópolis-SC	Casa São Bonifácio	Rio de Janeiro-GB
		Seminário Diocesano	Tubarão-SC
	Arroio do Meio-RS	Ginásio e Esc. Normal dos Santos	Joinville-SC
		Retiro da Velhice	Gravataí-RS
		Escola Divina Providência	Pôrto Alegre-RS
		Convento Coração de Jesus	Harmonia-RS

ORDEM OU CONGREGAÇÃO	S E D E	NOME DA CASA	LOCALIDADE-UF.
Divina Providência, Congr. das Peq. Irmãs da	B. Horizonte-MG	Hospital N. Sra. Carmo	Cons. Lafaiete-MG
Divino Salvador, Congr. das Irmãs do	Videira-SC	Escola N. Sra. de Fátima	Florianópolis-SC
		Hospital Frei Rogério	Tangará-SC
		Hospital São Sebastião.	Clevelândia-PR
Divino Zêlo, Congr. das Filhas do	Três Rios-RJ	Fundação Cardeal Leme	Rio de Janeiro-GB
Dominicanas de N. Sra. do Rosário de Monteils Irmãs	Brasília-DF	Instituto N. Sra. de Lourdes	Arraias-GO
Enfermos, Congr. das Irs. Ministras dos	Aracaju-SE	Hospital São Roque	Dois Lajeados-RS
Escolas Cristãs da Misericórdia, Congr. das Irmãs das	Leme-SP	Colégio N. Sra. de Misericórdia	Barra de Sta. Salette-PR
Franciscanas da Ação Católica, Congr. das Irmãs	Caçador-SC	Escola Paroq. São Judas Tadeu	Lajes-SC
Franciscanas Hospitaleiras Portuguêsas, Congr. das Irmãs	Salvador-BA	Instituto N. Sra. de Fátima	Campo Formoso-BA
Franciscanas da Imac. Conceição da B. V. M., Congr. das Irmãs	Itapec. da Serra-SP	Hospital São Francisco	São Martinho-PR
Franciscanas Mission. de Maria Auxiliadora. Congr. das Irmãs	Erechim-RS	Hospital Santo Antônio	Chapecó-SC
Franciscanas de N. Sra. Aparecida, Congregação das Irmãs	Pôrto Alegre-RS	Betânia São João Batista	Arvorezinha-RS
Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, Congr. das Irmãs	Santa Maria-RS	Instituto Santo Antônio	Itaporã-MT
Franciscanas da Providência de Deus, Congr. das Irs.	São Paulo-SP	Ginásio Pio XII	São Paulo-SP
Franciscanas do Sagr. Coração de Jesus, Congr. das RR.	Rio de Janeiro-GB	Educandário N. S. de Lourdes	Areia Branca-PR
Franciscanas de Siessen, Congr. das Irmãs	Agudos-SP	Hospital da Irmand. de Sta. Isabel	Cabo Frio-RJ
Franciscanas da 3.ª Ordem Seráfica, Congr. das Irs.	Pindamonhangaba-SP	Escola Paroquial Pe. João	Bauru-SP
		Escola Paroquial N. Sra. do Rosário	Lajes-SC
		Instituto São Francisco	Goiânia-GO
		Seminário Santo Cruz	Silvania-GO
Imaculada Conceição, Congr. das Irmãzinhas da	São Paulo-SP	Jardim de Repouso São Francisco	S. Miguel Paulista
		Hospital N. Sra. do Desterro	Mairiporã-SP

ORDEM OU CONGREGAÇÃO	S E D E	NOME DA CASA	LOCALIDADE-UF.
	B. Horizonte-MG	Casa da Bancária	Rio de Janeiro-GB
		Colégio Me. Paulina	B. Horizonte-MG
Imaculada Conc. da Mãe de Deus, Congregação das Missionárias da	Santarém-PA	Convento Sta. Maria Goretti	Oriximina-PA
Imaculado Coração de Maria, Congr. das Irmãs do		Hospital São Judas Tadeu	Meleiro Turvo)-SC
Instrução Cristã, Congr. das RR. da	Pôrto Alegre-RS	Casa Santa Teresa	Carpina-PE
Jesus, Fraternidade das Irmãzinhas de	Recife-PE	Fraternidade Central	Rio de Janeiro-GB
	Rio de Janeiro-GB	Fraternidade Operária	Fortaleza-CE
Jesus Adolescente, Congr. das Irmãzinhas de	Campos Gerais-MG	Assistência Social N. Sra. Aparecida	Araçatuba-SP
Jesus Bom Pastor, Congr. das Irmãs de		Economato São João Bosco	Campo Grande-MT
Jesus Crucificado, Congr. das Irmãs Missionárias de	Caxias do Sul-RS	Escola Primária	Cazuza (S. Fr. de Paula)-RS
	Campinas-SP	Casa do Espírito Santo	Pinhal-SP
		Casa N. Sra. do Cenáculo	Campinas-SP
		Faculdade de Serviço Social	Lins-SP
		Casa de São Paulo Apóstolo	Campinas-SP
		Instituto Jesus Crucificado	Campo Grande-MT
	Rio de Janeiro-GB	Casa Mater Amabilis	Rio de Janeiro-GB
		Centro Social N. Sra. das Graças	Volta Redonda-RJ
		Vila Imaculada	Rio de Janeiro-GB
	Fortaleza-CE	Instituto Pax	Campina Grande-PB
		Patronato S. Francisco das Chagas	Tianguá-CE
	Pôrto Alegre-RS	Casa Sagr. Família	São Leopoldo-RS
		Casa Santa Augusta	Pôrto Alegre-RS
		Fac. de Serviço Social de Sta. Catarina	Florianópolis-SC
Jesus Sacerdote, Instituto das Servas de	V. Capão Redondo	Casa Provincial N. Sra. das Dores	Santo Amaro-SP
	Ribeirão Preto-SP	Asilo S. Vicente de Paulo	Batatais-SP
Josefino, Instituto	Fortaleza-CE	Educandário Mater Amabilis	Fortaleza-CE
Maria, Congr. das Irs. Missionárias de	Apucarana-PR	Catequese e Missão	Londrina-PR
Maria Auxiliadora, Congr. das Filhas	São Paulo-SP	Instituto Maria Auxiliadora	S. Luiz Gonzaga-RS
	Recife-PE	Patronato Auxilium	Nova Russas-CE
	B. Horizonte-MG	Ginásio Dom Bosco	Brasília-DF
		Patronato Me. Mazzarello	Anápolis-GO

ORDEM OU CONGREGAÇAO	S E D E	NOME DA CASA	LOCALIDADE-UF
Maria do Horto, Inst. das Irs. Carid.	Pôrto Alegre-RS	Hospital da Brigada Militar	Pôrto Alegre-RS
Filhas de	Niterói-RJ	Lar D. João Nepomuceno	Recife-PE
N. Sra. das Mercês, Inst. das Irs. de		Hospital Militar	Baia Blanca-Argentina
N. Sra. da Piedade, Congr. das Irs. Auxiliares	B. Horizonte MG	Palácio Arquiepiscopal Cristo Rei	B. Horizonte-MG
N. Sra. do Sagrado Coração, Filhas de	São Paulo-SP	Escola Apostólica dos M.S.C.	Pirassununga-SP
		Escola Santa Teresinha	Barracão-PR
Passionistas de São Paulo da Cruz, Congregação das Irs.	São Paulo-SP	Hospital São Roque	Carlos Barbosa-RS
Preciosíssimo Sangue, Congr. das Irs. do	Castanhal-PA	Externato Me. Maria Bucchi	Belém-PA
Sacré Coeur de Marie, Congr. das Irs. do	Rio de Janeiro-GB	Colégio Sacré Coeur de Marie	Curitiba-PR
Sagrada Família Congr. da	Recife-PE	Ginásio Santo Agostinho	Goiânia-GO
Sagrada Família, Congr. Servas da	Salvador-BA	Artesanato São José	Jequié-BA
		Abrigo de Velhos Lourdes Brito	Senhor do Bonfim-BA
Sagrada Família de Bordéus, Congr. da	São Paulo-SP	Santa Casa de Misericórdia	Patrocínio Paulista-SP
Sagrado Coração de Jesus, Congr. das Mission. Zeladoras do	São Paulo-SP	Esc. Paroquial S. Francisco de Assis	Bauru-SP
		Externato Divino Espírito Santo	Pinhal-SP
		Santa Casa de Misericórdia	Dracema-SP
Sagrado Coração de Jesus, Irs. da Pia Soc. do	Recife-PE	Maternidade Igarassu	Igarassu-PE
		Orfanato S. Francisco de Assis	Paulo Jacinto-AL
Santa Catarina de Sena, Irs. Pobres de	Salvador-BA	Instituto Savina Petrilli	Itapetinga-BA
Santa Marcelina, Congr. das Irmãs de	São Paulo-SP	Colégio Santa Marcelina	Rio de Janeiro-GB
Santa Teresa de Jesus, Congr. das Filhas de	Crato-CE	Casa do Sagr. Coração de Jesus	Crato-CE
		Patronato Senhor do Bonfim	Crateus-CE
Santa Úrsula, União Romana da Ordem de	Rio de Janeiro-GB	Instituto Santa Úrsula	São Paulo-SP
Santo Antônio Maria Claret, Congr. das Missionárias de		Creche D. Senhorinha Netto	Catanduva-SP
		Creche Santa Isabel	Matão-SP
		Educandário N. Sra. das Graças	Mirassol-SP
		Lar Hortega Josué	Catanduva-SP
		Lar. N. Sra. das Graças	Birigui-SP

ORDEM OU CONGREGAÇÃO	S E D E	NOME DA CASA	LOCALIDADE-UF.
		Lar Santo Antônio	Cambé-PR
		Lar São Vicente de Paulo	Matão-SP
		Lar São Vicente de Paulo	Nôvo Horizonte-
		Serviço de Abrigo e Triagem	São Paulo-SP
Santos Anjos, Congr. dos	Rio de Janeiro-GB	Externato dos Santos Anjos	Aratiba-RS
		Maison des Saintes Anges	Saint Léger — Saône et Loire
S. Carlos Borromeu Congr. das Irs. Mission. de	São Paulo-SP	Instituto Sagrada Família	Arroio 30 (Videira)-SC
		Santa Casa de Misericórdia	Vera Cruz-SP
São Domingos, Congr. de Sta. Catarina de Sena da Ordem 3ª	Amparo-SP	Esc. Paroq. Guido Ma. Conforti	Lupinópolis-PR
São Francisco, Congr. das Irs. da 3.ª Ordem Reg. de	Duque de Caxias-RJ	Casa da Divina Providência	Uberlândia-MG
S. José, Congr. das Irmãs de		Convento São José	Cururupu-MA
São Paulo Pia Sociedade das Filhas de	São Paulo-SP	Pia Soc. das Filhas de São Paulo	Maringá-PR
São Pedro Canísio, Congr. das Irmãs de	Aparecida-SP	Conv. das Irmãs de São Pedro Canísio	Irati-PR

B — CASAS FECHADAS

ORDEM OU CONGREGAÇÃO	S E D E	NOME DA CASA	LOCALIDADE-UF.
Angélicas de S. Paulo, Cong. das Irmãs	Rio de Janeiro-GB	Obra de Missão Social	Rio de Janeiro-GB
Capuchinhas de S. Francisco de Assis, Cong. das Irmãs Missionárias	Fortaleza-CE	Instituto N. Sra. do Carmo	Rio de Janeiro-GB
		Orfanato Santo Antônio	Niterói-RJ
Caridade, Instituto das Filhas de Ma. Servas da	Recife-PE	Centro de Assistência Madre Mercedes	Recife-PE
Caridade, Cong. das Peq. Missionárias da	Paraíba do Sul-RJ	Dispensário N. Sra. do Amparo	Maricá-RJ
Catequistas, Companhia das	Rodeio-SC	Colégio São Francisco	Aratiba (Erechim) -RS
		Casa da Imaculada Conceição	Barra Grande (Taió)-SC
Divino Salvador, Cong. das Irmãs do	Videira-SC	Ginásio e Esc. Normal de Iacanga	Iacanga-SP
Divino Zêlo, Cong. das Filhas do	Três Rios-RJ	Creche Santa Teresinha	Rio de Janeiro-GB
Frano. do Cor. de Maria, Cong. das Irmas	Campinas-SP	Educandário São José	Erval d'Oeste-SC

ORDEM OU CONGREGAÇÃO	SEDE	NOME DA CASA	LOCALIDADE-UF.
Franc. de N. Sra. do Amparo, Cong. das Irs.	Petrópolis-RJ	Orfanato N. Sra. do Amparo (abriu em 1959)	Rio de Janeiro-GB
Franc. da Penitência e Caridade Cristã, Congregação das Irmãs	São Leopoldo-RS	Colégio N. Sra. dos Anjos	Pôrto Alegre-RS
Franc. da Sagrada Família, Cong. das Irs.	Curitiba-PR	Educandário Bom Jesus Hospital Menino Jesus	Jaguariaíva-PR Áurea (Erechim) -RS
Franc. de São José, Cong. das Irmãs	Angelina (S. José) -SC	Sanatório São José	S. José dos Pinhais-PR
Franc. da 3a. Ordem Regular, Cong. das Irs. (Franciscanas Bernardinas)	Rio Negro-PR	Asilo S. Vicente Asilo S. Vicente	Passos-MG S. Sebastião do Paraíso-MG
		Hospital S. Francisco de Assis Colégio N. Sra. das Graças	Machadinho-RS Lagoa Vermelha-RS
Imaculada Conceição, Cong. das Irmãzinhas da	São Paulo-SP	Santa Casa de Misericórdia (abriu em 1961)	Cunha-SP
Jesus Adolescente, Instituto de	Ribeirão Preto-SP	Escola de Jesus Adolescente	Campo Grande-MT
Jesus Crucificado, Cong. das Irs. Missionárias de	Fortaleza-CE	Creche Elvira Maia Pereira	São Luiz-MA
Jesus, Maria, José, Pia União	São Paulo-SP	Hospital Sagrado Cor. de Jesus	S. Miguel-SC
		Santa Casa de Misericórdia	Igarapava-SP
Maria, Ordem de N. Sra. da Companhia de	Sta. Cruz do Rio Pardo-SP	Escola Normal N. Sra. do Carmo	Campos Gerais-MG
Mercedárias Missionárias, Cong. das Religiosas	Salvador-BA	Instituto dos Cegos da Bahia	Salvador-BA
		Santa Casa de Misericórdia	Sto. Antônio de Jesus-BA
N. Sra. das Mercês, Inst das Irs. de	Niterói-RJ	Maternidade do Derbi	Recife-PE
Sagrada Família de Bordéus, Cong. da	São Paulo-SP	Hospital Santa Edwiges	São Paulo-SP
Sagrado Cor. de Jesus, Pia Soc. do	Récife-PE	Patronato Sag. Cor. de Jesus	Recife-PE
São João Batista, Cong. de	B. Horizonte-MG	Clínica Santa Inês	Campo Grande-MT

NOSSOS SANTOS RELIGIOSOS

"O ANJO DE LIMA" — UM IRMÃO COOPERADOR DOMINICANO

Frei Raymundo de A. Cintra, O.P.

Dirigindo-se às diversas peregrinações que foram a Roma para a canonização da São Martinho de Lima, o Papa João XXIII, em sua linguagem espontânea e poética apelidou — "O Anjo de Lima" — "Uma flôr de primavera que desabrochou para a Igreja" — o humilde irmão leigo da Ordem dos Pregadores: Martinho de Porres, mulato, filho de um fidalgo espanhol e de uma escrava liberta.

Por ocasião de sua canonização, no dia 6 de Maio p. passado, todos os jornais e periódicos falaram do nôvo santo, que reunia em sua pessoa tantos estigmas negativos aos olhos dos homens, mas que, uma vez ainda, foi o instrumento escolhido por Deus para confundir os sábios e os fortes. Sua vida já é bastante conhecida.

Em 1579, na Cidade real de Lima, nasceu Martinho, fruto de uma união ilegítima de um espanhol de alta linhagem: Juan de Porres, Cavaleiro de Alcântara, mais tarde Governador do Panamá, e da escrava fôrra, de origem africana, Ana Velasquez. Essas aventuras amorosas eram freqüentes nos tempos da conquista do nôvo mundo. Depois do nascimento de mais uma irmãzinha: Joana, o fidalgo espanhol abandonou mãe e filhos, ao ser designado para altos postos administrativos da colônia. A mãe pôs-se a trabalhar como lavadeira e as crianças conheceram as agruras da miséria. Mais tarde reaparece o pai e resolve ocupar-se da educação de seus filhos. Leva-os consigo para Guayaquil, onde êles recebem a instrução primária. Na adolescência, Martinho volta sòzinho para junto de sua mãe e, para prover à sua subsistência, emprega-se como aprendiz de barbeiro-cirurgião (as duas profissões estavam unidas, na época). Cedo porém (com apenas quinze anos) decide consagrar-se inteiramente ao serviço de Deus e do próximo e vai bater à porta do Convento de Nossa Senhora do Rosário. A princípio não o quiseram receber como irmão leigo, mas simplesmente como "donato", por causa de seu nascimento ilegítimo. Sòmente muito mais tarde é que pronunciou os votos religiosos e foi agregado oficialmente à família dominicana. Durante mais de quarenta anos (êle morreu a 3 de Novembro de 1639, com sessenta anos), Martinho, revestido do burel branco e preto, deu a tôda a comunidade e à cidade de Lima uma admirável demonstração do que pode realizar a graça divina numa alma humilde e generosa.

Foi voluntàriamente que Martinho quis permanecer nessa categoria de irmão leigo (naquela época empregava-se a expressão: irmão converso, que designava o caráter de convertido de muitos dêles; hoje preferimos a qualificação: irmão cooperador). Seu pai, personagem de sentimentos contraditórios, ao saber que Martinho fôra recebido no Convento dos dominicanos, apareceu novamente, prontificando-se a reconhecê-lo como filho legítimo e exigindo quase

a sua admissão como clérigo. Martinho, que se tinha distinguido por seus dotes intelectuais ao fazer os seus estudos primários e profissionais, podia ainda, visto sua pouca idade, aceitar a vontade paterna e dedicar-se a estudos que poderiam conduzí-lo ao sacerdócio. Mas desta vez Martinho empenhou-se decididamente em fazer prevalecer o propósito maduramente refletido em presença de Deus e que êle considerava como sua autêntica vocação. Suplicou seu pai e o Prior dos dominicanos que o deixassem na humilde categoria de irmão cooperador.

Deve-se admirar nesta decisão não só a extraordinária humildade do santo, mas uma profunda visão sobrenatural que lhe fazia entrever o valor espiritual dessa vocação especial. E' sabido que na antiguidade, a maioria dos monges não chegava ao sacerdócio. São Francisco de Assis recusou terminantemente passar além do diaconato. Nas Ordens apostólicas, houve sempre um lugar de honra para os irmãos auxiliares, cuja existência era considerada necessária para permitir que os clérigos se dedicassem melhor ao ministério que lhes é próprio: o estudo, a pregação, o ofício coral e a santificação das almas. Os irmãos cooperadores os desembaraçariam das tarefas materiais. Pensou-se mesmo em confiar-lhes tôda a administração temporal dos Conventos. A experiência não se mostrou inteiramente satisfatória. Entretanto, durante séculos e ainda em nossos dias, encontrou-se e encontra-se ainda numerosos irmãos leigos, que se santificam na humildade do trabalho manual, com admirável abnegação e dedicação. Freqüentemente foram êles também admitidos a participar de trabalhos mais elevados e de tarefas ligadas ao ministério apostólico: catequese, administração de obras sociais etc. Desempenharam muitas vêzes as tarefas que eram destinadas aos diáconos na Igreja primitiva. Em certas Ordens religiosas parece impor-se uma certa evolução e atualização do estatuto dos irmãos cooperadores. Não se deve tratá-los como simples empregados domésticos, mas como verdadeiros religiosos. Para o trabalho manual impõe-se uma melhor preparação técnica e profissional. Devido a escassês de sacerdotes, deve-se prepará-los também para serem eficazes auxiliares do ministério pastoral. Uma valorização humana e sobrenatural da vocação de irmãos cooperadores contribuiria incontestàvelmente para o aumento destas vocações, que passam atualmente por uma crise muito séria em quase todos os países do mundo.

Os superiores de Martinho de Lima, creio que não apenas por causa de suas qualidades excepcionais, se mostraram muito compreensivos e lhe deram uma certa largueza de movimentos, dentro das normas das Constituições da Ordem. Martinho não se ocupava sòmente dos trabalhos caseiros ou profissionais (varrer a casa e cortar os cabelos dos frades). E' verdade que se distinguiu também nesses afazeres, como em tudo o que fêz ou empreendeu. Para a legenda piedosa, êle permanecerá sempre o "santo da vassoura" e o amigo dos animais: cães, gatos e ratos, aos quais se estendia também a sua caridade. A história ou lenda edificante faz dêle "um São Francisco de Assis" dos tempos da colônia peruana.

Alguns fatos incontestes, relatados no processo de beatificação, revelam uma caridade de maiores proporções e maior descortíno. Martinho se interes-

sava pela triste sorte dos escravos e procurava modificar o duro tratamento que lhes era inflingido pelos fidalgos gananciosos de ouro ou pelos simples cultivadores de terras. Quando visitava seus irmãos de côr que trabalhavam na fazenda de Limatambo, pertencente ao seu Convento, fazia questão de tomar parte em seus penosos serviços.

Em Lima era considerado o "Esmoler da cidade", como diz o Papa João XXIII: "O Anjo de Lima". Multidões faziam fila na portaria do Convento. Os Superiores concediam-lhe 2.000 pesos para serem distribuidos semanalmente aos pobres.

Uma obra, porém, de maior alcance, o coloca como precursor de nossas modernas obras sociais. Preocupado com o grande número de crianças abandonadas ou vagabundas, idealizou para elas um educandário e com o auxílio de um rico comerciante e da patroa de sua mãe: Dona Francisca Velez, levantou a **Casa de Santa Cruz** para abrigar e educar os órfãos pobres. Por êsse motivo e pelo conjunto de suas empresas assistenciais, o Papa Pio XII declarou-o Padroeiro das obras sociais do Perú.

O Papa atual, que parece dedicar ao nosso santo particular devoção (já trazia sua imagem em seu breviário antes da sua canonização), pronunciou belíssimas palavras a seu respeito. Nada poderíamos fazer de melhor do que transcrever algumas frases de sua homilia no dia da canonização, e de seu discurso, no dia seguinte, aos peregrinos que foram a Roma.

"Amou com coração desprendido a seus irmãos. Amava-os, mais do que a si mesmo, porque os considerava filhos de Deus. Amava-os com a benevolência própria dos heróis da fé cristã. Assistia aos enfermos, dava-lhes comida, roupas, remédios. Favorecia aos camponeses, aos negros e mestiços. Seguiu caminhos que podemos considerar novos para seu tempo e que se pode julgar antecipadores de nossos dias... Em sua vida houve três amores: Cristo crucificado, a Virgem do Rosário e São Domingos. Em seu coração arderam três paixões: a caridade, particularmente para com os pobres e enfermos, a penitência mais rigorosa que êle estimava ser o prêço e o resgate do amor, e, dando alento a estas virtudes, uma profunda humildade... Esta humildade, que é chave da sabedoria prática brilha em sua alma transparente. A êle vai o nosso hino de louvor. Que a luz de sua vida ilumine os homens no caminho da justiça social cristã e da caridade universal, sem distinção de raça ou de côr".

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

UMA EXPERIÊNCIA A SER IMITADA

Transcrevemos abaixo um programa de Doutrina Social da Igreja, realizado na Escola Normal "Nossa Senhora Rainha", de Cachoeiro do Itapemirim-ES, para as alunas do 3.º ano normal, em substituição ao programa de Sociologia, conforme concessão feita à Escola pelo Diretor do Ensino Normal no Estado do Espírito Santo.

Chamamos a atenção para a feliz idéia que tiveram as Religiosas dessa Escola, não só pelo fato de darem um curso que corresponde às reais necessidades de nossa época, mas especialmente, pela maneira como o realizaram. Notemos :

1 — A participação das alunas nos movimentos da Comunidade, seja ouvindo o pensamento das autoridades sôbre o assunto que estudam, seja examinando problemas como o da habitação popular ou o da propaganda comunista.

2 — O método empregado: além das aulas, foram feitos debates e círculos de estudo, permitindo conclusões de valor, tiradas pelas próprias alunas.

3 — A ação social que acompanhou o curso. As alunas foram levadas a tomar contato com os problemas sociais da cidade, visitando morros e fazendas. As primeiras visitas tiveram por finalidade despertar o interêsse pelo próximo. Mais tarde, sentindo-se já responsáveis, as alunas tomam iniciativas em seu favor.

4 — A revisão de vida. Depois de formada uma mentalidade, e vista a situação de tantos pobres, as alunas puderam examinar sua própria maneira de viver: educação mimada, carnaval, festas. E... "há dinheiro sobrando..."

Vale a pena ler todo o relatório do trabalho feito. E' impossível que um curso semelhante não provoque transformações profundas nas mentalidades e até nas vidas dessas meninas que temos a responsabilidade de orientar.

Que experiências semelhantes se multipliquem em nossos estabelecimentos de ensino:

Número de alunas: 33
Classe: 3.º ano normal

Professôra: Irmã M. Bernadete — Congregação das Irmãs de Jesus na SS. Eucaristia.

Resultado: Aprovação de tôda a turma, em prova final. Grande entusiasmo para o trabalho de construção de um mundo melhor.

Programa desenvolvido:

1 — Doutrina Social da Igreja: conceito, fontes remotas e imediatas. Ensino privado e oficial. Documentos pontifícios. Dados sôbre as encíclicas.
2 — Evolução do ensino social da Igreja. Adaptação às novas circunstâncias.

3 — Méritos e limites da Doutrina Social da Igreja. Uma doutrina em marcha. Atuação da Igreja no campo social.
4 — Precursores do socialismo moderno. A Revolução Francesa e suas conseqüências: revolução no campo industrial, filosófico, político e religioso.
5 — Catolicismo social, anterior ao socialismo.
6 — Precursores do comunismo. Filosofia do comunismo.
7 — Karl Marx. Introdução ao materialismo dialético.
— **Visita** a alguns morros da cidade, para maior contato com o modo de viver da gente humilde, e para despertar o interêsse pelo próximo.
8 — Materialismo dialético. Estática e dinâmica da sociedade. Teoria do valor e do lucro. Conversão da mais valia em capital. Produção capitalista. Sociedade futura, conforme Marx.
9 — **Debate** em classe para resposta às argumentações comunistas: O comunismo protege o operário — O Estado deve ser senhor de todos os poderes — O operário depende do patrão, portanto no regime comunista há mais liberdade — Cristo era comunista.

O debate durou duas horas. Foi verificada ser fraca a argumentação para defesa do catolicismo. Conclui-se ser necessário estudar a Doutrina Social da Igreja, viver essa doutrina, a fim de saber transmitir.

9 — Estudo da "Rerum Novarum": data, autor, conteúdo.
10 — **Debate** — Foi marcada, mas não se realizou, uma reunião dos Comunistas na cidade. O período da aula foi tomado para discussão do fato, e análise dos folhetos de propaganda espalhados na ocasião.
11 — A voz dos Sumos Pontífices sôbre a questão social. Atuação dos Srs. Bispos. Ação doutrinária oficiosa.
12 — **Pesquisa** — Divididas em quatro grupos, as alunas foram a diversas fazendas da região, para estudo da situação dos colonos.
13 — Reforma agrária — O trabalho dos nossos Bispos. As ligas camponesas.
14 — Necessidade de uma reforma social: Justiça. A justiça social nas encíclicas.
15 — Direitos inalienáveis do homem
16 — Salário vital. Salário família. O assunto nas Encíclicas.
17 — O bem comum. Ordem pública e exterior. Prosperidade material do povo. Valores superiores de ordem intelectual, espiritual, moral e religiosa. Importância e grandeza do bem comum.
18 — Auto defesa organizada: os sindicatos. Organização profissional e seus benefícios.
19 — Liberalismo — Individualismo — Racionalismo — Naturalismo. A Liberdade.
20 — Capitalismo. Atitude da Igreja ante o capitalismo. O que condena.
21 — Proletariado.
22 — A Igreja e as classes médias. Profissões independentes. Classe rural. Criação da JAC. Classe patronal.
23 — **Discussão** em tôrno de um livro sôbre Marx. Utopia da doutrina marxista.

24 — **Comemoração da festa da Páscoa** nos morros visitados. Distribuição de presentinhos. Movimento espontâneo das alunas, que já se sentem responsáveis pelo próximo que sofre qualquer tipo de privação. Observa-se a essa altura a capacidade de **doação,** que aparece, uma vez despertada a noção do mundo que vive ao nosso lado.

25 — **Círculo de estudo** — má interpretação do têrmo "sociedade" em nossos dias. Problema levantado pelas próprias alunas. Conclusão: há falta de cristianismo em nosso meio, há egoísmo a combater.

26 — Crítica ao regime salarial. Participação nos lucros. Co-gestão na emprêsa. O que diz a Igreja a respeito.

27 — Dimensões da Doutrina Social da Igreja. Atitude do cristão perante o ensino do magistério ordinário.

28 — Justiça e caridade. Não há justiça sem caridade. A caridade em seus dois sentidos: virtude social e virtude teologal.

29 — "Mater et Magistra", aplicada aos problemas atuais. Preparação para o primeiro aniversário da Encíclica.

30 — **Discussão** para a defesa de: "Mater et Magistra, carta socialista". Bom resultado. Ótima argumentação.

31 — Participação no tríduo comemorativo do 1.º aniversário da encíclica. Palestras de autoridades civis e eclesiásticas, sôbre temas da encíclica.

32 — Dados sôbre Concílio Ecumênico. Necessidade de realização dêsse movimento. Nosso trabalho e nossas orações para o êxito do mesmo.

33 — Consciência de nossa responsabilidade como membros do Corpo Místico de Cristo. **Círculo de estudo,** baseado em "ver, julgar e agir".

34 — Problema de habitação. Apreciação de um trêcho do livro "Trapeiros de Emaús" de Boris Simon.

35 — Realidade do problema de habitação, em nossa cidade e nos grandes centros. Trabalho de D. Helder Câmara.

36 — Contrastes chocantes: miséria, riqueza, luxo. Contrastes psicológicos, contrastes materiais, contrastes ideológicos.

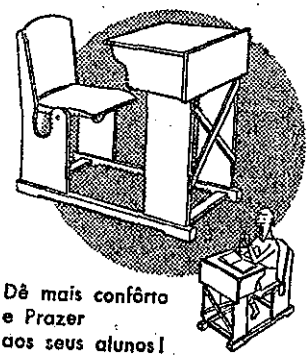
37 — Encontro com a miséria. Educação mimada. O pobre. Espetáculo da miséria. Salários e preços. Exame sôbre festas na sociedade. Há dinheiro sobrando.

38 — Ostentação ridícula: problema do carnaval em nosso país. Revolução provocada por Jesus Cristo: seu nascimento, sua vida, sua pregação, escolha dos dirigentes da Igreja, sua morte. O Sermão da montanha. Doutrina do Evangelho e suas riquezas.

39 — O sofrimento do operário: suas privações. Nutrição deficiente. Doenças. Senso despertado pelo problema das Associações de proteção aos animais, ao lado dos miseráveis que deixamos de lado.

BIBLIOGRAFIA:

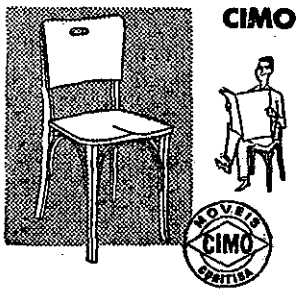
C. Van Gestel O. P. A Igreja e a Questão Social.
Mgr.. Guerry — Doutrina Social da Igreja
Uma Escola Social
D. Angelo Rossi — Filosofia do Comunismo
Documentos pontifícios: Encíclicas e alocuções: "Rerum Novarum", "Quadragésimo Anno", "Mater et Magistra".



Dê mais confôrto
e Prazer
aos seus alunos!

MÓVEIS CIMO
R. INVALIDOS, 139
Tel. 22-4372

Nos BARES, RESTAURANTES
ou CLUBES... cadeiras
CIMO



MÓVEIS CIMO
R. INVALIDOS, 139
Tel. 22-4372

Carteiras escolares, individuais, duplas, braço-mesa.

Mesas para professor, secretaria, datilografia, etc.

Armários diversos

Poltronas para auditório, de vários tipos.

Móveis diversos: bancos, sofá, poltronas para sala de espera, camas-beliche, cestas-papel.

C I M O é uma tradução de bom gôsto, de qualidade, de esmerada fabricação, durabilidade, e simplicidade. Não são móveis de luxo, mas são resistentes. Por isto mereceram a preferência da CRB.

C I M O está agora em colaboração com a Conferência dos Religiosos do Brasil, oferecendo condições especiais de venda, para facilitar o mobilamento de nossas Casas.

Pedidos diretamente à CRB-Rio — CRB-S. Paulo — CRB-Minas

Uma iniciativa oportuna

A COLEÇÃO "SEMINÁRIOS"

Pe. Bertrand de Margerie S. J.

No decorrer do último ano as "Edições Paulinas", depois de numerosos outros serviços prestados à causa das vocações no Brasil, publicaram os dois primeiros volumes duma nova coleção intitulada: "Seminários". Trata-se de **"Sacerdotes e Religiosos"**, e de **"Vocações Sacerdotais e Religiosas"**. Em ambos os casos, o R. P. Géza Kovecses S. J., coordenou os trabalhos apresentados no "Curso intensivo de Direção espiritual" realizado no Seminário Maior de Viamão em 1960-61. O êxito dêstes cursos de âmbito nacional é já bastante conhecido, e foi consagrado pelas duas cartas inseridas no segundo volume da nova coleção: a primeira, breve de S. Excia. Rvma. Dom Vicente Scherer, a segunda do Cardeal Pizzardo, Prefeito da Congregação dos Seminários.

O Cardeal Pizzardo frisa, depois de ter louvado os esforços feitos para uma melhor formação espiritual do jovem clero brasileiro, "a devida atenção dada à maneira de **suscitar vocações em abundância**": "questão decisiva de cuja solução depende em grande parte, a sorte do Reino de Cristo em vossa querida pátria".

Dêste ponto de vista, não há dúvida, os dois livros constituem uma "suma teológica, bíblica, histórica, psicológica e pastoral dos problemas vocacionais no Brasil contemporâneo". Graças a esta imensa obra (900 páginas no conjunto) a totalidade dos Sacerdotes no Brasil terá a possibilidade de beneficiar dos cursos dados em Viamão a uma pequena minoria de escolhidos, por mestres altamente qualificados, em geral já bem conhecidos nos meios religiosos do país inteiro.

Embora os dois livros interessem sobretudo aos Padres, às Religiosas e em particular às Superioras e Mestras de Noviças, terão muito que aprender ao consultar e estudar tão preciosos trabalhos. Até agora, uma tal "suma vocacional" faltava na lingua portuguesa. Logo preenche uma lacuna grave.

Nesta recensão, adotaremos como princípio básico de análise crítica a lei áurea enunciada pelo Pe. Géza no início do primeiro volume: "A tonalidade dos trabalhos apresentados tem por base a **"caridade construtiva"**.

Queremos, nesta nossa contribuição, evitar propositadamente qualquer polêmica, tom de paixão ou ataque pessoal.. Evidentemente, não significa isto .. que se deva tratar dos diversos assuntos de um modo descolorido e impreciso". (1). Nem que a carta elogiosa do Cardeal Pizzardo tenha aprovado ou canonizado cada frase das 900 páginas publicadas...

Nêste espírito de crítica construtiva, e grata, exporemos alguns dos temas tratados, e os pensamentos que as teses desenvolvidas nos sugerem.

Abordaremos sucessivamente os aspectos teológicos, bíblicos, históricos, psicológicos, e pastorais de nossa Suma vocacional.

Teologia da Vocação:

Este assunto básico foi tocado por muitos dos autores, mas tratado mais sistemàticamente pelos Pes. Debroye, Izard (única parte traduzida) e pelo Pe. Victor Bertoli.

A síntese teológica elaborada pelos Pes. Debroye e Izard é uma grandiosa apresentação da vocação à luz do mistério da Igreja Corpo de Cristo. Resumamos os elementos principais desta síntese: "na vocação sacerdotal,

- a causa eficiente principal é Deus;
- a causa eficiente segunda é a Igreja em seus chefes;
- a causa dispositiva: a Igreja em seus membros e instituições;
- a causa final: a Igreja em seu acabamento" (2).

E preciso ler as páginas que desenvolvem êstes conceitos com grande cuidado para perceber as admiráveis riquezas

---

1) volume "Sacerdotes e Religiosos (SR), pp. 11-2.

2) "Vocações Sacerdotais e Religiosas" (VSR) p. 150.

que elas encerram. Contudo penso que o pensamento teria sido mais exato se os autores franceses tivessem aplicado sucessivamente esta análise das causas ao elemento divino e ao elemento eclesiástico da vocação. A "Sedes Sapientiae" de Pio XII sublinhou esta distinção que, como lembram justamente os Autores, não pode ser transformada numa separação entre os dois elementos (3).

Teriam chegado a uma outra conceituação, um pouco diferente:

A — **na vocação divina**, 1) a causa **eficiente** principal é Cristo Jesus, **Cabeça invisível** e **divina** da Igreja. A exemplo de Maria, uma pura criatura não pode ser o instrumento dêste apelo imediato e sobrenatural na alma que chamamos a vocação **divina**, mas só pode **dispor** uma outra a receber o chamamento divino. À diferença de Jesus e de Maria, a Igreja não age no **interior** duma alma para que esta emita o juízo de valor inseparável da graça atual da vocação divina: "o sacerdócio (ou a vida religiosa) seria bom para mim". "Solus Deus docet interius", ensina santo Tomás de **Aquino: "sòmente Deus ensina interiormente"**. (4) "Enquanto falta a ajuda divina, e o pregador interno, (Deus) debalde trabalha a língua do pregador, mas os ouvintes perceberão quando vier a Luz que ilumina os corações" (5), diz ainda o Doutor Angélico.

Os autores franceses aqui analisados foram incompletos na sua aplicação do esquema escolástico das causas à doutrina da vocação; esqueceram-se da causa **formal**, e, por isso apesar do seu desejo não trataram da natureza **própria** da graça da vocação: uma graça atual **interna** de luz e de fôrça (6).

Devemos dizer que a causa eficiente **segunda** da vocação **divina** não é a Igreja em seus chefes visíveis, mas no seu único Chefe invisível enquanto Homem, Cristo Jesus, que a comunica (7) por Maria, Medianeira de tôdas as graças.

2) — **a causa dispositiva e meritória** é a Igreja em seus membros, inclusive os chefes visíveis. O fato que a Igreja não é **causa eficiente** da vocação divina permite salientar mais ainda a **eficácia** da Igreja que obtém e merece de Deus por um merecimento de conveniência e não de condignidade, através de suas **orações**, o elemento divino da vocação. A oração torna-se mais importante.

3) a **causa final**: a Igreja em seu acabamento.

B — **na vocação eclesiástica**: 1) a **causa eficiente própria (o que não quer** dizer a Causa Primeira) é a Igreja em seus chefes visíveis;

2) as outras são as já apontadas.

Se os dois teólogos franceses, na sua brilhante dissertação, olvidaram o aspecto "graça atual" na vocação divina, o Padre V. Bertoli não o esqueceu, mas o frisou muito bem. Depois, o mesmo autor, desenvolvendo duma maneira aprofundada uma idéia esboçada na revista "Vocations Sacerdotales et Religieuses" em abril de 1957, acrescenta um terceiro elemento aos dois apontados por Pio XII: **"vocação psicológica"**. Vamos sintetizar as várias definições que o Pe. Bertoli, em diferentes lugares de seu trabalho, dá desta "vocação psicológica":

1) "chamado que a própria alma faz a si mesma para responder com tôdas as aspirações e tendências mais profundas ao apêlo feito por Deus" (8);

2) "resposta de tôda a alma ao chamado divino" (9);

3) "a vocação **nunca prescinde** da vontade pessoal firme, perseverante do candidato que, com visão sobrenatural, considera e deseja o sacerdócio" (10);

4) "Deus quer na vocação a satisfação, a quietude dos desejos psicológicos mais profundos do chamado. Nisto con-

---

3) **VER**, pp. 161 e 190

4) Santo Tomás de Aquino, de Veritate, quaest. XI, art. 1, ad 8m. Comentei êste texto num artigo da Revista Eclesiástica brasileira", sôbre a pregação (junho de 1960, p. 293)

5) Comentário de S. Tomás sôbre o Evangelho de S. João JO. 2.3.

6) Gav, "Vocation et discernement des esprits", Fides. Montreal, 1959, pp. 47-6".

7) Leão XXIII, encíclica "Octobri Mense", D.P. 98, § 12.

8) **VSR**, p. 36.

9) **VSR**, p. 58

10) **VSR**, p. 60

siste a vocação psicológica. É, pois, a **adesão total da alma ao chamado divino**, experimentando gradativamente na vocação o desenvolvimento de tôdas as suas possibilidades psíquicas" (11).

Esta expressão nova para designar antigas realidades tem, sem dúvida, a vantagem de salientar que "a vocação não se funda na vontade dos pais, no desejo dos amigos, nem na zelosa piedade do confessor" (12).

Não obstante, esta brilhante novidade verbal tem os seus inconvenientes:

a) **lógicos**: se a primeira definição dada acima era inatacável porque conserva a idéia, etimològicamente inerente ao conceito de vocação, dum **chamado**, as outras já negligenciavam êste aspecto e reduziam a "vocação psicológica" a ser uma **resposta** ao chamado divino. "Chamar" e "responder" não designam a mesma realidade! Deus pode chamar sem que o homem, ser livre, responda...

b) precisamente, a falta de resposta psicológica, ou a resposta negativa do homem, não significa que não tenha sido autênticamente chamado por Deus: inconveniente **teológico** da definição, que parece confundir o **sinal** da vocação divina na criatura, a saber, a **reta** intenção de abraçar o Sacerdócio, **com** a **vocação divina**. Nos desígnios eternos de Deus, Saulo o fariseu, Agostinho o pecador maniqueu já tinham vocação quando estavam ainda perseguindo a Igreja de Cristo ou mergulhando nas águas tenebrosas do pecado! Mas é precisamente isso e a transcendência eterna de Deus e de seu plano, que seria preciso negar se quiséssemos absolutamente manter que "enquanto não se deseja, enquanto não se pretende e não se quer ser padre, não podemos falar de vocação" (14). A recusa temporal (e, às vêzes, temporária) da liberdade humana perante o chamamento divino não tem o poder de suprimir a existência eterna e prévia dêste Ato da Liberdade divina: a vocação divina! Dizer o contrário, ou exprimir-se de maneira ambígua, seria pôr em perigo a afirmação tanto da liberdade humana como da Liberdade divina.

c) **psicológicos e espirituais**: o Padre Bertoli tem tôda razão quando rejeita a asserção de Sellmair: "quem quiser ser sacerdote deve reprimir a sua vida pessoal e a sua natureza varonil". Seria o caso de relembrar que a graça não destrói, mas cura e aperfeiçoa a natureza. Mais precisamente: aperfeiçoa curando. Com certeza, como escreve ainda o mesmo Pe. Bertoli, Deus quer a quietude dos desejos psicológicos profundos do chamado. Mas sobrevive nêste chamado um velho Adão, com tendências profundas que devem ser crucificadas para que os "desejos psicológicos profundos" do homem novo sejam satisfeitos. Nosso autor, com certeza, concordaria conosco sôbre êste ponto. Não há paz nem integração psíquica sem combate, sem certos "recalques"...

Por outras palavras, as definições apresentadas da "vocação psicológica" não nos permitiriam explicar duma maneira satisfatória a vocação real e recusada dum Judas, e outras vocações reais, embora recusadas, mesmo sem culpa.

É tudo isso que percebeu, pelo menos obscuramente, o Pe. Géza numa "observação" publicada no início do trabalho do Pe. Bertoli. Se, na minha opinião, a divisão do Pe. Victor Bertoli não é perfeitamente "igual à visão conhecida da vocação", poderia servir para exprimir o que o Pe. Géza chama: "o processo vocacional" (com algumas adatações) (15).

Precisemos nosso pensamento.

a) esta divisão encerra uma verdade profunda: devemos incluir nos elementos pressupostos pela vocação divina **aptidões psicológicas** encaradas duma maneira dinâmica: como diz òtimamente o Pe. Bertoli, existe uma idoneidade vocacional "canônico-dinâmica" (16);

b a) vocação divina inclui não só a possibilidade **natural** de satisfazer as aspirações sadias nutridas pelas camadas profundas da personalidade, mas ainda **graças atuais de quietude** na vida sacerdotal ou religiosa. A liber-

11) **VSR**, p. 59.
12 : ibidem, p. 60.
13) ibidem, p. 61.
14) ibidem, p. 60.
15) ibidem, pp. 49–56.
16 : ibidem, pp. 49-56.

dade humana conserva sempre o poder de recusar um e outras;

c) a vocação divina, enquanto chamamento da Liberdade criadora dirigido à liberdade criada, postula não só uma resposta afirmativa, mas ainda o dever de integrar consciente e voluntàriamente todos os elementos da personalidade chamada ao serviço dêste chamamento.

Não falaremos mais duma "vocação psicológica", mas dos **sinais psicológicos** que manifestam a vocação divina, dos pressupostos **Psicológicos que manifestam** a vocação divina, dos **pressupostos psicológicos que a integram e duma resposta. psíquica total a esta** vocação divina.

Diremos que a vocação divina é total e totalizadora, porque abrange todos os aspectos da personalidade humana. Não é uma parte só da pessoa humana que Deus chama a seu serviço, mas a personalidade como "unidade psico-somática do homem enquanto determinada e governada pela alma... O indivíduo "convidado por Deus à vida sacerdotal ou religiosa é chamado "como unidade e totalidade, indivisível, constitui um centro único e universal do ser e da ação, um "eu" que se possue e dispõe de si mesmo". A aplicação da doutrina de Pio XII sôbre o problema da personalidade humana ao caso da vocação esclarece o assunto (17). Se é verdade que não há uma "vocação psicológica" distinta da vocação divina, e que seria ao mesmo tempo resposta e chamado, é justo dizer que existe uma vocação psicológica integrada na vocação divina, porque Deus é Espírito e chama a "psique" humana a se integrar numa resposta afirmativa a seus desígnios divinos.

É justo sublinhar, entre muitas outras, esta qualidade do trabalho apresentado pelo Pe. Victor Bertoli: de várias maneiras (18), êle nos mostra o dever de integração dinâmica, sempre progressiva no tempo, da pessoa chamada por Deus, **o processo, não vocacional, mas responsivo e responsável**, inseparável desta integração crescente.

II — Vocação e Bíblia

Numa vasta e bela síntese sôbre "o Antigo Testamento, fonte de vida espiritual", Dom Estêvão Bettencourt, O. S. B., consagra um capítulo "à vocação no A. T.". Salienta o Autor que a vocação, no pensamento bíblico, é "renovação do ser, e dom irrevogável" (19). "Tôdas as vocações convergem para a vocação de Cristo no qual somos chamados" (20).

Falando da oração sacerdotal e dos Salmos, Dom Estevão alude à dificuldade das imprecações, às vêzes mal entendidas. Sublinha muito bem que o Salmista "sempre ora como representante da causa de Deus.. que não pode pactuar com o reino do pecado" (21). Santo Tomás de Aquino já tinha aprofundado êste aspecto: "As imprecações nas Sagradas Escrituras pedem, não contra os homens mesmos, mas contra o reino do pecado, isto é, que pela correção (divina) os pecados dos homens sejam destruídos, e que os homens permaneçam (Elas manifestam) a conformidade da vontade com a Justiça divina acêrca da condenação daquêles que perseveram no pecado. São desejos. Vejam o Salmo 57: "o justo regozijar-se-á quando vier a vingança": o próprio Deus que castiga não se alegra na perda dos ímpios (sab 1), **mas em sua Justiça**" (22).

O Cônego Otto Skrzypczak expõe o pensamento de São Paulo quanto à vocação sacerdotal: após algumas observações sôbre a semântica (mas porque motivo o Apocalipse chama todos os cristãos de "hiereis", enquanto vemos Santo Inácio de Antioquia, quase na mesma época, e dentro da mesma escola joanina, aplicar o têrmo só aos dignatários da Igreja?) (23), nosso autor mostra nas "Pastorais" as exigências de Paulo quanto aos candidatos, e a visão teológica do sacerdócio nas obras paulinas.

---

17) Pio XII, discurso do 10 de Abril de 1958, D. P. 130, Parte I, § 2.
18) VSR, pp. 49-56,71.
19) VSR pp. 182-4
20) ibid. p. 187.
21) ibid. p. 167.
22) Santo Tomas de Aquino: comparar IIa IIae 25.6.3 e IIa IIae 83.8.1.
23) VSR p.p. 74-5.

Se o Cônego Otto tivesse tido mais tempo e espaço para desenvolver seu pensamento, teria provàvelmente acrescentado uma perspectiva essencial, que escapou ao Padre Spicq ao qual se refere: aos olhos de Paulo, **o ministro de Cristo** não é sòmente, nem sequer sobretudo o **profeta** segregado desde o seio maternal para **anunciar** o mistério do Cristo total, mas ainda **o sacrificador** que, por mandamento expresso de Cristo, renova, depois de o ter anunciado, o sacrifício unificador de Cristo.

Muito melhor do que um recenseador não exegeta de profissão, o Cônego Otto poderia nos explicar nêste sentido alguns textos bem conhecidos de Paulo: I Cor 11, 23-6; id. 10, 16-21. e At 20 7-11. A proclamação da palavra divina e do Mistério tem como fim e razão de ser a consumação dêste Mistério no pronunciar das palavras eficazes da Consagração, e na fração do pão (em que somos um só corpo apesar de muitos, e é sendo ministro e diácono dêste mistério eucarístico e sacrifical que Paulo o sacerdote acaba de edificar o corpo de Cristo, a Igreja. O papel de arauto é secundário, na objetividade do pensamento paulino, para com o aspecto sacrifical da vocação sacerdotal. Secundário, aliás, não quer dizer acessório e dispensável: é o que na ordem dos valores, vem em segundo e não em primeiro lugar. Assim Paulo, em Éfeso pregava, anunciava o Mistério antes e depois de celebrá-lo no Sacrifício sacramental (At 20, 7-11). As palavras ministeriais de Paulo engastavam o precioso diamante das palavras-atos do Soberano Sacerdote.

Ao não valorizar o lado sacrifical do sacerdócio nas fontes bíblicas (que testemunham dêle tão amplamente tanto no Novo como no Antigo Testamento), correríamos o perigo de cair pràticamente num conceito protestante do sacerdote, reduzido a ser o ministro da palavra.

É tudo isso, aliás, que o Cônego Otto quis exprimir ao escrever: "Instituindo a Eucaristia como sacramento e sacrifício, (Jesus) "ipso facto" instituiu um verdadeiro sacerdócio". Mas eu não teria acrescentado: "embora sem mencioná-lo", porque as palavras: "Fazei isso em memória de Mim", referidas exclusivamente por Paulo e seu discípulo Lucas, significam a instituição explícita e distinta do Sacramento da Ordem, do Sacerdócio, como o definiu dogmàticamente o Concílio Tridentino: "Se alguém disser que Cristo não instituiu os Apóstolos sacerdotes com estas palavras: Fazei isto em memória de Mim (Lc 22, 19; I Cor 11, 24) ou que não ordenou que êles e os demais sacerdotes oferecessem o seu Corpo e Sangue, seja excomungado" (24).

O trabalho do Cônego Otto constitui um precioso convite, dirigido aos sacerdotes da nova e eterna Aliança, para que êles estudem duma maneira mais profunda as fontes bíblicas atinentes à sua missão, especialmente no Novo Testamento.

III — História vocacional do Brasil

O Padre Frederico Laufer, S.J., nos presenteou com o primeiro estudo sintético sôbre as "vocações sacerdotais no Brasil de 1500 a 1750".

Depois duma análise pormenorizada e apaixonante, o Autor chega a três conclusões: 1) êste período representa, no terreno da vida eclesiástica e do desenvolvimento das vocações, uma constante linha ascensional;

2) quase não se ouve falar de falta de padres; mas quanto mais se vai ao sertão e para o sul, tanto mais se fará sentir a falta de cura de almas;

3) embora o grande número de clérigos nos centros maiores tenha sido, em parte, índice dum nível espiritual medíocre, percebemos, através das apreciações divergentes dos documentos contemporâneos, a necessidade de não nos arriscarmos a julgamentos fáceis sôbre êste nível. Ao lado da sombra muita luz se espargia (25).

O Padre Laufer aborda duma maneira detalhada o problema histórico do clero indígena na América Latina. Escreve o Padre Laufer: "a exclusão dos

24) Denz. 949; tradução portuguêsa no D.P. 95: textos do Concílio de Trento contra as invocações dos Protestantes.

25) VSR, pp. 138-9.

índios e mestiços da América era motivada não por preconceitos raciais, nem por motivos colonialistas, senão pela questão da idoneidade do caráter moral. Mas posteriormente influi o espírito colonialista...". Tal é a conclusão que se deduz de vários estudos recentes citados pelo Padre Laufer.

Esperamos muito que o Padre Laufer conseguirá averiguar os textos de Sixto V, Clemente VIII, e Paulo V sôbre a "limpeza de sangue", condição de admissão às Ordens. A minha impressão pessoal é a seguinte: os problemas dos "cristãos novos" tiveram uma grande repercussão nêste domínio da admissão ou não admissão dos índios às ordens. O Padre Laufer concede que influiu "o espírito colonialista", "mais tarde", na exclusão dos índios; ao reler o capítulo de Brodrick sôbre a reação dos Jesuítas espanhóis quando foi publicada a origem judia de Laynez, segundo geral da Companhia de Jesus, concederia talvez que um certo "racismo religioso" inconsciente, uma excessiva cautela administrativa ordunda dêle, se refletiram nesta exclusão prática (26). Os jesuítas, os bispos e Papas desta época nem sempre ficaram isentos dos preconceitos comuns de seus contemporâneos!

Não obstante, é claro que os índios convertidos e mesmo os mestiços apresentavam uma maior instabilidade física emocional e psicológica do que os Chineses e Japonêses admitidos, na mesma época, às ordens sagradas.

IV — Vocações e Psicologia

O Padre Godeardo Baquero Miguel S. J., num ensaio sôbre "o gabinete paidométrico nos seminários menores", analisa "os testes psicométricos e projetivos" (meios, diz êle, para compreender os alunos, nunca diagnósticos infalíveis), o emprêgo de "fichas psicopedagógigas" e da "caracterologia" nos mesmos institutos, e com idênticas reservas. Acaba o Autor seu "ensaio" por um precioso capítulo sôbre a **entrevista**. Êle não prefere nem a entrevista dirigida nem a entrevista não dirigida, mas "o **método integral**" empregado pelos santos e assim resumido por P. A. Sorokim professor da universidade de Harvard: para uma compreensão de todo ser humano se deve usar:

1) a **intuição supra-racional**, para compreender a **região supra-consciente**: isso supõe que o orientador e entrevistador reze por seu entrevistado e o encare à luz de Deus; um psicólogo incrédulo, ou que não atua sua fé no tocante aos problemas do entrevistado, não será capaz de empregar o método integral;

2) a interrogação sincera, consciente, por parte do orientador, juntamente com a **observação** cuidadosa da conduta do orientado, a livre comunicação de ambos, a confissão e o exame de consciência dos dois lados para uma compreensão das regiões **consciente** e **inconsciente**;

3) um método **projetivo** real com frequência experimental para iluminar alguns dos pecados (ou das tendências ocultos nos mais recôndito do **inconsciente**, e revelados por reações verbais incidentais, gestos espontâneos, detalhes da expressão fácil (27).

"É o famoso psicólogo russo, que conhece perfeitamente as técnicas psicométricas e projectivas e cujo recorde de publicações científicas pesa muito" (28) acrescenta: "Precisamente porque (êstes mestres espirituais) compreendem tão bem a personalidade total puderam inventar métodos tão eficazes para a transfiguração espiritual, mental e moral de milhões de sêres humanos e a mesma coisa para aliviarem suas moléstias e desordens mentais" (29). Por outras palavras, os grandes mestres e "diretores" espirituais sempre uniram a psicosíntese à psicoanálise (entendemos aqui ambas as palavras num sentido lato).

(Continuará no próximo número).

---

26) Brodrick, S. J.: "Origine et expansion des jésuites", tome II, pp. 266-73, Sfelt, Paris, 1950.

27) SR; pp. 434-5.
28) ibid. p. 369.
29) ibid. p. 434.

CRÔNICA DOS RELIGIOSOS

SALVADOR — SEMANA DA "MATER ET MAGISTRA"

A Secção Estadual da Bahia da Conferência dos Religiosos do Brasil promoveu, de 30-7 a 3-8 dêste ano, a Semana da "Mater et Magistra". O empreendimento visava atingir todo o grande mundo cultural da Bahia: Universidades, Imprensa, Rádio e Televisão, o mundo político e administrativo, Professôres e unidades estudantis, a fim de proporcionar esclarecimentos aprofundados das linhas básicas da grande Encíclica "Mater et Magistra" de João XXIII, ao mesmo tempo em que se estudassem perspectivas de aplicação da Encíclica à realidade nacional e regional do Brasil.

A Semana foi patrocinada pelas maiores entidades políticas, religiosas e culturais da Bahia: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Govêrno do Estado, Prefeitura Municipal de Salvador, Universidade da Bahia, Universidade Católica, Televisão, Rádio e Imprensa da Capital.

A idéia de se fazer uma semana de estudos da "Mater et Magistra", na Bahia, veio da necessidade de maior aprofundamento dos conhecimentos ministrados pelo Curso da Doutrina Social da Igreja, realizado de 26-2 a 3-3-62, por iniciativa da Secção Estadual da Bahia da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), e por solicitação dos participantes do referido curso: "Considerando a boa aceitação e ampla propagação da Encíclica "Mater et Magistra", solicitamos da Conferência dos Religiosos do Brasil e dos setores católicos uma semana de estudo sôbre o mencionado documento pontifício, visando atingir o público baiano".

Realização

O primeiro passo na concretização da idéia da Semana da "Mater et Magistra" foi uma reunião especial no Palácio do Arcebispado, à qual estavam presentes: o Sr. Cardeal; o Magnífico Reitor da Universidade da Bahia Prof. Albérico Fraga; o Diretor do Departamento Cultural da Universidade da Bahia, Prof. Thales de Azevedo; o Magnífico Reitor da Universidade Católica, Mons. Eugênio Veiga; o Presidente da Secção Estadual da CRB e Coordenador Geral da Semana da "Mater et Magistra", Pe. Pedro Dalle Nogare SJ. Nesta reunião estabeleceram-se as linhas gerais da Semana e de sua preparação. Escolheram-se os nomes dos conferencistas e foi constituída uma Comissão Especial Organizadora, formada pelos Padres: Dionísio Schuchetti, Antônio Kelmendi, Lopes Barturen, jesuítas; Pe. Anselmo, Superior do Convento do Carmo; Frei Clóvis Moreira Lima, OFM; e Pe. Dalle Nogare, SJ.

Dois problemas básicos se apresentaram logo à Comissão Especial Organizadora: o financiamento e a divulgação da Semana. O Pe. Anselmo, como tesoureiro da Secção Estadual da CRB, foi encarregado de adquirir donativos e contribuições junto a várias entidades. A propaganda mereceu especial cuidado por parte da Comissão. Procurou-se o apoio e colaboração da Televisão, Rádio e Imprensa, que se prontificaram a fazer tudo pelo bom êxito da Semana. Além disso, foram impressos 900 convites, enviados, juntamente com um texto completo da Encíclica, a tôdas as autoridades, pessoas de destaque, entidades várias. Foram feitos 1.000 cartazes grandes, que se afixaram nas portas das Igrejas, lojas, bancos, clubes. Nas principais ruas da Capital foram colocadas faixas, anunciando a Semana; 20.000 volantes foram espalhados pela cidade.

A Comissão Organizadora mandou imprimir, para ser distribuído durante a Semana, um resumo da Encíclica, publicado pelo SESI, Departamento Regional do Rio Grande do Sul e gentilmente cedido para ser reproduzido em nova edição.

Programa

Por conselho do Revdo. Pe. Fernando Bastos de Ávila, SJ, o programa foi dividido em duas partes: uma doutrinal e outra prática. A primeira ficou a cargo do Pe. Ávila e versou acêrca dos seguintes temas:

1 — A. "Mater et Magistra" e os grandes sistemas sócio-econômicos;
2 — A. "Mater et Magistra" e a Questão Social;
3 — A. "Mater et Magistra" e a Questão Agrária;
4 — A. "Mater et Magistra" e o mundo subdesenvolvido;
5 — Os avanços doutrinais da "Mater et Magistra".

A parte prática foi confiada a vários conferencistas, e realizada a modo de Fórum; abordou os seguintes problemas:

1 — Estrutura e dinâmica da realidade social brasileira — Professor Artur Rios.
2 — Estrutura e dinâmica da realidade política brasileira — Prof. Pinto de Aguiar.
3 — Estrutura e dinâmica da realidade política brasileira — Prof. Cândido Mendes.
4 — O panorama cultural brasileiro — Prof. Newton Sucupira.
5 — O Nordeste na realidade brasileira — Gov. Juracy Magalhães.

Por motivos contrários a suas vontades, não puderam comparecer os conferencistas: Prof. Arthur Rios sendo substituído pelo Pe. Ávila; Prof. Pinto de Aguiar, substituído pelo Prof. Victor Orandim; e Prof. Cândido Mendes, substituído pelo Prof. Thales de Azevêdo.

Horário — Local

Depois de muitas discussões e dúvidas foram determinados dois horários: às 16 horas, parte doutrinária, e às 21 horas parte prática, ou Fórum. A princípio, foram escolhidos também dois locais para as conferências: à tarde, o Gabinete Português de Literatura, à noite, a Reitoria da Universidade da Bahia. Devido ao grande número de pessoas que afluíram à primeira conferência, no Gabinete Português de Literatura, todos os trabalhos passaram a ser realizados na Reitoria.

Resultdos

Os jornais todos da Capital fizeram ampla cobertura das conferências, com grandes fotografias. O Repórter Esso e Tele-Jornal da Televisão Itapoã informaram diàriamente a respeito do desenvolvimento dos trabalhos.

A sessão de encerramento revestiu-se de particular brilhantismo, contando com a presença do Emmo. Cardeal D. Augusto Álvaro da Silva, o Sr. Bispo Auxiliar D. Walfrido Teixeira Vieira, o Ilmo. Governador do Estado, Sr. Juracy Magalhães, o Prefeito de Salvador, Prof. Heitor Dias, vários secretários de Estado, Deputados Federais e Estaduais, representantes da Imprensa, Rádio e Televisão.

O Governador Juracy Magalhães pronunciou a conferência de encerramento: "O Nordeste na realidade brasileira". Depois tomou a palavra o Prof. Newton Sucupira, do Conselho Federal de Educação, e empolgou o auditório com o pensamento profundo e corajoso a respeito da realidade brasileira que êle expôs magistralmente.

O programa dominical da Televisão Itapoã, "OS DEZ MAIS", programa de alto conceito pela sua criteriosidade, deu à Semana da "Mater et Magistra" um lugar entre os maiores acontecimentos dos sete dias que passaram.

Quanto aos resultados, mais explìcitamente, poderemos apontar dois:

a) resultado direto: a cidade inteira quase que só ouvia falar de "Mater et Magistra", tomando, portanto, conhecimento de que a Igreja tem uma solução para os problemas que afligem o Brasil, solução positiva, sem ódios; como também mostrou ao povo da Bahia que a Igreja se preocupa verdadeiramente com a situação de milhões de homens que ainda não desfrutam do direito de possuírem condições verdadeiramente humanas de vida;

b) resultado indireto: foi eficiente esta tentativa de trabalho conjugado entre autoridades cívis e religiosas em empreendimento de grande monta como o desta Semana; e houve também bom entrosamento com a Imprensa.

BIBLIOGRAFIA

Frei Romano Koepe OFM. CECÍLIA 39ª. edição atualizada. Edição *A*: Texto. Petrópolis Editôra Vozes 1962, 496 págs.

Há muito que se impunha a atualização dêste maual de cânticos e devoções. Como seus autores Frei Pedro Sinzig e Frei Basílio Roewer já tivessem encerrado peregrinação terrestre, Frei Romano Koepe meteu ombros à empresa hercúlea e — justiça seja feita — conseguiu exceder as espectativas de clero e fiéis, razão por que D. Jaime de Barros Câmara recomenda "CECÍLIA" às paróquias e colégios como útil a quantos se interessam pela participação dos fiéis nas cerimônias do culto".

O hinário do ano litúrgico (1a. parte) continua, em linhas gerais, o mesmo das edições anteriores, tendo eliminado vários cânticos supérfluos. Aumentou consideràvelmente a 2a. parte: *A Sta. Missa*, tanto cantada (canto chão) como dialogada, cânticos para a missa rezada (8 modos) e 11 esquemas para o ano eclesiástico etc. Uma bela inovação representa 3a. parte: *Santos Sacramentos*, consistindo cada vez de instrução e rito. Na 4a. parte (devocionário), merece destaque a secção *B* apontando as devoções do ano litúrgico, para uso em comum e baseado, em boa parte, sôbre textos da Bíblia. Para as devoções do ano litúrgico, seguem ainda esquemas de orações e cânticos que facilitam a devida variedade no culto poupando ao sacerdote a organização de cada programa.

A boa disposição do "CECÍLIA" ressalta ainda mais pela impressão a duas cores.

A 39ª. edição dêste manual torna-o ideal para introduzir o espírito litúrgico nas paróquias e obter a participação dos fiéis nos atos da Igreja.

Mais uma vez, a editôra VOZES se faz credora da gratidão pública pelo relevante serviço desta obra popular. Fazemos votos que, em breve, apareçam as edições B — texto e música e C — acompanhamento para órgão.

F. A. C.

Frei Hugo D. Baggio, O.F.M. *PIO X* Petrópolis, Editôra Vozes, 1962, 92 págs.

Uma brochura que todos gostarão de ler porque em estilo fluente e atual pinta a vida do Papa, filho do carteiro e da costureira, que nos onze anos de pontificado muito fez pelo desenvolvimento espiritual do Brasil, criando as primeiras prelazias do nosso País (Santarém 1903) e o primeiro cardinalato da América Latina, que em 1905 coube a D. Joaquim Arcoverde ,arcebispo do Rio de Janeiro. O que porém mais empolga, nestes traços biográficos, é que um filho do povo junto com o trono mais alto dêste mundo galgou as alturas da santidade cristã.

F. A. C.

Frei Boaventura Kloppenburg, OFM. *CONCÍLIO VATICANO II*. vol. I, Editôra VOZES Petrópolis 1962, 260 págs.

Êste volume contém o documentário preconciliar e para sua organização não haveria pessoa mais indicada que Frei Boaventura, na qualidade de consultor da comissão teológica preconciliar. Depois de breve introdução, seguem 15 documentos pontifícios preconciliares, que os familiarizam com o maior acontecimento religioso do século XX. A apresentação dos organismos preconciliares nos dá uma idéia nítida de como funciona o Concílio Ecumênico com suas 13 comissões preparatórias e respectivos componentes. A parte final "Trabalhos Preconciliares" re-

produz as crônicas das sessões plenárias, o elenco dos projetos preparados para o concílio, trabalhos e esperanças do secretariado para a união dos cristãos e a oração pelo Concílio Ecumênico.

A leitura dêste minucioso documentário há de contribuir para que os cristãos adquiram uma noção certa do Concílio Vaticano II e se capacitem de lhe acompanhar as várias fases.

A bela apresentação do 1.º vol., desde o papel de primeira e o impecável feitio técnico, incl. as gravuras, até a encadernação de luxo, está em plena harmonia com o importante assunto nele tratado, garantindo à coleção futura a irrestrita aceitação do público. F. A. C.

Mons. Eymard L'E. Monteiro. "O PEQUENO PESCADOR" Salvador Editora Mensageiro da Fé, 1961. 248 págs.

Segundo o autor explica de início, visa a orientar o jovem de hoje que pretende ser Padre. A maneira de expor o assunto e o estilo fluente contribuiram muito para o livro conquistar muitos leitores jovens e quiçá estimulá-los a ingressar no seminário.

Outras publicações enviadas à Redação

Stanislas de Lestapis. LIMITAÇÃO DA NATALIDADE. São Paulo. Ed. Herder, 1962, 354 p.,

Jacques Maritain. SÔBRE A FILOSOFIA DA HISTORIA. São Paulo. Ed. Herder, 1962.

J.J. Dourado. ALVORADA. Petrópolis, Ed. Vozes, 1962. 92 p.

M. Maria Carmen d'Assunção Leite Costa, Franc. Mission. de Maria. A VIDA DE FÉ E SUA REALIZAÇÃO EM MARIA NOSSO MODÊLO. Tese apresentada no Pontifício Instituto "Regina Mundi". Sob a direção do R. P.A. van Biervliet CssR. Versão do original francês de Soares d'Azevedo.

Pe. Bernardino Goebel OFMCap. "MEU DEUS E MEU TUDO" — Meditações. VI — Da 9ª. à 16ª. semana de Pentecostes. Petrópolis Vozes 1962. 324p.

Pe. Bernardino Goebel OFMCap. "MEU DEUS E MEU TUDO" — Meditações. VII — Do 17.º ao 24.º Domingo de Pentecostes. Petrópolis, Vozes, 1962. 318 pgs.

Maria Junqueira Schmidt. TAMBÉM OS PAIS VÃO À ESCOLA... (Coleção "Escola e vida", 1). Rio de Janeiro, Agir Edit., 1962. 154 pgs.

Frei João José Pedreira de Castro OFM. DAVID. Vida e obras do grande ascendente e tipo do messias Divino Jesus Cristo. 2ª. ed. Petrópolis, Vozes, 1962. 190 pgs.

Douglas Hyde. A REALIDADE ERA OUTRA. Autobiografia de um ex-comunista britânico. Petrópolis, Vozes, 1962. 288 pgs.

NOSSOS CANTOS. Coleção de Cantos, Orações e Catecismo abreviado. Petrópolis, Vozes, 1962. 48 pgs.

Frei Rafael de União dos Palmares, OFMCap. MORAL E MEDICINA EM DEFESA DA PESSOA HUMANA. São Paulo. Companhia Editôra Nacional, 1962. 272 pgs.

Antônio Maia. A MISSA — Método prático para explicação aos fiéis. 2.ª edição revista e aumentada (8.º milheiro). Rio de Janeiro, "Estrela do Mar", 1962. 196 pgs.

Nihil Obstat
Rio de Janeiro, 25 de Setembro de 1962
Pe. Frei Jacinto de Palazzolo O.F.M. Cap.
Censor Eclesiástico